



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - NUCSA
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

Ercília Souza Araújo

***DISCLOSURE* INFORMACIONAL: Aplicação em uma
universidade pública federal**

PORTO VELHO

2013

ERCÍLIA SOUZA ARAÚJO

***DISCLOSURE* INFORMACIONAL: Aplicação em uma
universidade pública federal**

Dissertação apresentada ao Programa da Pós-Graduação – Mestrado em Administração (PPGMAD) da Universidade Federal de Rondônia como requisito complementar para obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientador: José Moreira da Silva Neto, Dr.

PORTO VELHO

2013

FICHA CATALOGRÁFICA
BIBLIOTECA CENTRAL PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

A663d

Araújo, Ercília Souza.

Disclosure Informacional: aplicação em uma universidade pública federal. / Ercília Souza Araújo, 2013. 98f.: il.

Orientador: Prof. Dr. José Moreira da Silva Neto.

Dissertação (Mestrado em Administração) – Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação Mestrado em Administração (PPGMAD), Porto Velho/RO, 2013.

1. *Disclosure*. 2. Gestão Pública. 3. Universidade Pública Federal. 4. Indicador. 5. Atributos. I. Título.

CDU: 351(811.1)

Bibliotecária Responsável: Eliane Gemaque / CRB 11-549

ERCÍLIA SOUZA ARAÚJO

***DISCLOSURE INFORMACIONAL: Aplicação em uma universidade
pública federal***

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título de Mestre em Administração e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação: Mestrado em Administração (PPGMAD) da Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), em 11 de setembro de 2013.

Prof. José Moreira da Silva Neto, Dr.
Coordenador do programa – PPGMAD/UNIR

Comissão Examinadora:

Prof. José Moreira da Silva Neto, Dr.
Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR
Orientador

Prof.^a Maria Berenice Alho da Costa Tourinho, Dra.
Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR
Membro

Prof. Deyvison de Lima Oliveira, Dr.
Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR/Vilhena
Membro Externo

Dedico esta pesquisa à minha mãe, Iracy, ao meu filho, Gustavo Henrique e meu esposo Antônio Carlos; minhas inspirações.

Agradecimentos

Ao nosso Senhor, que me fortaleceu com bênçãos de entusiasmo e esperança nos momentos em que as turbulências e as dificuldades aconteceram.

Ao Prof. Dr. José Moreira da Silva Neto, meu orientador e eterno professor, que me guiou com sua sabedoria, conhecimento e entusiasmo em desenvolver pesquisas. Professor que sempre deixou sobressair o seu comprometimento e a felicidade em buscar novos conhecimentos e disseminá-los à comunidade acadêmica. Não há como deixar de ressaltar a sua grande dedicação e contribuição à Universidade Federal de Rondônia como docente e pesquisador que nunca se deu por vencido ou que jamais se julgou ter chegado ao topo do conhecimento.

À minha família, que por dois anos esteve me acompanhando no mestrado, ora se privando da companhia pessoal, ora dos sonhos, e até mesmo compartilhando as turbulências de saúde.

Aos professores Maria Berenice, Osmar Siena, Theóphilo Alves e Tomás Daniel, que através de seus ensinamentos partilhados foram proporcionando a agregação de valores e conhecimentos para a formação do perfil de competências esperadas no desafio de ser um mestre.

Aos colegas de mestrado Leila Martins, pelas palavras de incentivos proferidas quando o desânimo e as dificuldades pareciam que iam vencer; e Jonimar Souza por ser um grande companheiro e incentivador na caminhada de estudos.

Aos colegas de trabalho, que por diversas vezes julgaram ou não entenderam a árdua tarefa de conciliar um curso de mestrado com os anseios profissionais imputados. Dificuldade que serviu de motivação ao caminhar pelas etapas de um mundo não partilhado por eles naquele momento: “o mundo mestrado”.

Disclosure na Administração Pública

(a) “A garantia da ordem pública se revela, ainda, na necessidade de se assegurar a credibilidade das instituições públicas quanto à visibilidade e transparência de políticas públicas [...].”

Ellen Gracie

(Ministra do Supremo Tribunal Federal,
2008)

(b) “A segurança e a proteção da confiança exigem, no fundo: (1) confiabilidade, clareza, racionalidade e transparência dos atos do poder; [...]”

Celso de Mello

(Ministro do Supremo Tribunal Federal,
2012)

ARAÚJO, Ercília Souza. *Disclosure Informacional: Aplicação em uma universidade pública federal*. 2013. 98 f. Mestrado (Projeto de Dissertação) Programa de Pós-Graduação em Administração. Núcleo de Ciências Sociais Aplicadas, Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Porto Velho.

RESUMO

O *disclosure* se caracteriza como a faculdade de informar ou evidenciar os atos e os resultados da organização. O mesmo não deve se limitar a exigências legais, no caso das organizações públicas, devendo contemplar fatores que norteiam a ação organizacional, em especial ao produto de estratégias e políticas públicas. O propósito da pesquisa foi identificar o nível de *disclosure* informacional na Universidade Federal de Rondônia considerando também a perspectiva dos seus principais gestores de indicadores estratégicos e operacionais. Para o êxito do estudo, foi desenvolvida uma pesquisa de natureza aplicada e abordagem quantitativa, onde utilizou procedimentos bibliográficos e levantamento para atingimento dos objetivos de cunho descritivos. A proposta foi desenvolvida numa primeira etapa construindo um arcabouço teórico sobre *disclosure* no governo estatal com base na literatura e com base em documentos e normativos institucionais. Em segunda etapa, foi desenvolvida uma matriz de indicadores estratégicos e operacionais, que serviu de suporte para a coleta e para a compreensão do resultado da Universidade Federal de Rondônia e de outras Instituições Federais de Ensino Superior. A terceira etapa culminou em conhecer e medir os atributos qualitativos de cada informação produzida, bem como coletar a opinião dos gestores de alguns níveis gerenciais na Universidade Federal de Rondônia sobre a importância da informação evidenciada. Os achados da pesquisa refletem uma realidade inquietante quanto à envoltura de gestores frente à importância dos indicadores, bem como pela natureza qualitativa das informações evidenciadas.

Palavras-chave: *Disclosure*; Gestão Pública; Universidade Pública Federal; Atributos; Indicador.

ABSTRACT

The disclosure is characterized as the ability to inform and highlight the actions and results of the organization. It should not be limited to legal requirements in the case of public organizations and should include factors that guide organizational action, in particular to the product strategies and public policies. The purpose of the research was to identify the level of informational disclosure at the Federal University of Rondônia also considering the prospect of its key managers of strategic and operational indicators. For the success of the study, a survey was developed and applied nature of the quantitative approach, which bibliographic and survey procedures used to achieve the objectives of descriptive nature. The proposal was developed in a first step by building a theoretical framework of disclosure in state government based on literature and based on documents and normative institutional. In the second step, we developed an array of strategic and operational indicators, which served as a support for the collection and for understanding the results of Federal University of Rondônia and other federal institutions of higher education. The third stage culminated in knowing and measuring the quality attributes of each information produced, as well as collecting the views of managers of some management levels at the Federal University of Rondônia on the importance of the information shown. The research findings reflect a disturbing reality about the wrapping of managers across the importance of indicators as well as the qualitative nature of the information highlighted.

Keywords: Disclosure, Public Management, University Federal Public Attributes; Indicator.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Quadros

Quadro 1 – Tipos de evidenciação	26
Quadro 2 – Governança na visão do setor público	27
Quadro 3 – IPSAS sobre evidenciação	30
Quadro 4 – Formas de transparência	33
Quadro 5 – Componentes do Indicador de Qualidade CPC	40
Quadro 6 – Componentes do indicador de qualidade IGC	41
Quadro 7 – Distribuição dos conceitos do IGC.....	42
Quadro 8 – IGC como referencial de qualidade	43
Quadro 9 – Distribuição do Conceito ENADE.....	44
Quadro 10 – Descrição dos Indicadores de Desempenho Educacional.....	44
Quadro 11 – Matriz de Indicadores educacionais	50
Quadro 12 – Percepção sobre <i>Disclosure</i> na Gestão Pública.....	71

Lista de Figuras

Figura 1 – Governança em agrupamentos conceituais	22
Figura 2 – Pesquisas sobre <i>disclosure</i>	23
Figura 3 – Princípios de boa governança nas entidades do setor público	28
Figura 4 – Estrutura dos indicadores de qualidade da educação superior	39
Figura 5 – Resumo do referencial teórico sobre <i>disclosure</i>	45
Figura 6 – Estrutura da pesquisa.....	47

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – IGC Faixa por regiões	54
Gráfico 2 – IGC Faixa por IFES	54
Gráfico 3 – IGC Contínuo por regiões.....	54
Gráfico 4 – IGC Contínuo por IFES	54
Gráfico 5– Conceito Médio de Mestrado por regiões	55
Gráfico 6– Conceito Médio de Mestrado por IFES	55
Gráfico 7– Conceito Médio de Doutorado por regiões	56
Gráfico 8– Conceito Médio de Doutorado por IFES.....	56
Gráfico 9– Conceito Médio de Graduação por regiões	57

Gráfico 10– Conceito Médio de Graduação por IFES.....	57
Gráfico 11– Desempenho Educacional da UNIR em Graduação	58
Gráfico 12– Desempenho do Custo Educacional da UNIR	59
Gráfico 13– Desempenho Educacional da UNIR em Pós Graduação	60
Gráfico 14– Conceito Médio de Graduação e Mestrado.....	61
Gráfico 15– Bolsas PIBIC x Efetivação pela UNIR	61
Gráfico 16– Vagas, Cursos e Ingressantes	61
Gráfico 17– IGC; Conceito CAPES da Pós	62
Gráfico 18– Conceito Doutorado; Cursos e Matrículas em Pós; Docentes.....	62
Gráfico 19– Estagiários na área meio.....	62
Gráfico 20– Matriculados em Graduação à Distância.....	63
Gráfico 21– Matriculados em Graduação Presencial	63
Gráfico 22– Qualificação do Corpo Docente.....	63
Gráfico 23– Técnico/Docente; Capacitação; Custo Aluno	63
Gráfico 24– Envolvimento em Pós; Taxa Sucesso em Graduação	63
Gráfico 25– Aluno/Professor; Aluno/Técnico; Participação Estudantil.....	63
Gráfico 26– Conceitos Médios de Graduação, Mestrado e Doutorado.....	65
Gráfico 27– IGC Contínuo e Faixa.....	65
Gráfico 28– Bolsas PIBIC.....	66
Gráfico 29– Cursos de Pós Graduação.....	66
Gráfico 30– Matrículas em Pós Graduação	66
Gráfico 31– Cursos e de Vagas em Graduação	66
Gráfico 32– Matriculados em Graduação a Distância.....	67
Gráfico 33– Bolsas de Auxílio Financeiro	67
Gráfico 34– Ingressantes e Concluintes na Graduação Presencial	67
Gráfico 35– Grau de Partic. Estudantil; Grau de Envolvimento em Pós.....	67
Gráfico 36– Bolsas PIBEX e PROEXT	68
Gráfico 37– Matriculados e Docentes em Graduação Presencial	68
Gráfico 38– Conceito CAPES da Pós; Índice Qualificação Docente	69
Gráfico 39– Taxa de Sucesso da Graduação.....	69
Gráfico 40– Custo Corrente/Aluno Equivalente	69
Gráfico 41– Aluno/Professor; Aluno Técnico; Funcionário/Professor	69
Gráfico 42–Estagiários e Servidores em área meio	70
Gráfico 43– Servidor Capacitado.....	70

LISTA DE ABREVIATURAS

CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CPC	Conceito Preliminar de Curso
DIRCA	Diretoria de Registro de Controle Acadêmico
DRH	Diretoria de Recursos Humanos
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
IASB	Comitê de Normas Internacionais de Contabilidade
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
IDD	Indicador - Desempenho Observado e Esperado
IFAC	Federação Internacional de Contadores
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPSASB	Conselho Internacional de Normas Contábeis do Setor Público
IPSASs	Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público
MAD	Divulgação de Responsabilidade Modificada
NC	Nota dos Concluintes no ENADE
NF	Nota referente à Infraestrutura
NIDD	Nota do Indicador de Diferença - Desempenho Observado e Esperado
NO	Nota referente à Organização Didático-Pedagógica
NPD	Nota de Professores Doutores
NPM	Nota de Professores Mestres
NPR	Nota de Professores com Regime de Dedicção Integral ou Parcial
PROPESQ	Pró Reitoria de Pós Graduação e Pesquisa
PROGRAD	Pró Reitoria de Graduação
PROPLAN	Pró Reitoria de Planejamento
PSC	Comitê do Setor Público
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
STF	Superior Tribunal Federal
TCU	Tribunal de Contas da União

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	14
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA	17
1.2.1 <i>Objetivo Geral</i>	17
1.2.2 <i>Objetivos Específicos</i>	17
1.3 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA.....	17
1.3.1 <i>Inserções Teóricas à Linha de Pesquisa</i>	17
1.3.2 <i>Inserção ao Estado da Arte</i>	18
1.3.3 <i>Inserção à Prática do Tema</i>	19
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	21
2.1 <i>DISCLOSURE</i> NA VISÃO DA GOVERNANÇA CORPORATIVA	21
2.2 <i>DISCLOSURE</i> NA VISÃO DA GESTÃO PÚBLICA	26
2.3 <i>DISCLOSURE</i> NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL BRASILEIRA	31
2.4 INDICADORES E ATRIBUTOS QUALITATIVOS	34
2.4.1 <i>Atributos Qualitativos Fundamentais</i>	35
2.4.2 <i>Atributos Qualitativos de Melhoria</i>	36
2.5 <i>DISCLOSURE</i> DE INDICADORES NA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA	37
2.5.1 <i>Conceito Preliminar de Curso</i>	40
2.5.2 <i>Índice Geral de Cursos</i>	41
2.5.3 <i>Conceito do ENADE</i>	43
2.5.4 <i>Desempenho Educacional – Metodologia TCU</i>	44
3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS.....	46
3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	46
3.2 ETAPAS DA PESQUISA	47
3.3 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	49
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	53
4.1 INDICADORES DE DESEMPENHO IGC.....	53
4.2 INDICADORES DE DESEMPENHO EDUCACIONAL.....	57
4.3 IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES NA PERSPECTIVA DE GESTORES.....	61

4.4 QUALIFICAÇÃO DE INDICADORES DA INSTITUIÇÃO	64
4.5 PERCEPÇÃO DA AUTORA SOBRE <i>DISCLOSURE</i> NA GESTÃO PÚBLICA	70
5. CONCLUSÃO	72
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICES	83
<i>Apêndice A – Relação das IFES pesquisadas</i>	83
<i>Apêndice B – Modelo de matriz para qualificar indicadores</i>	85
<i>Apêndice C – Questionário aplicado a gestores</i>	92

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e definição do problema de pesquisa

O século XXI caracteriza-se pelo desafio de construção de um sistema político mundial de prevalectimento de regras democráticas nas relações entre Estado-Nação, conhecido como Governança Global Democrática. Esse contexto exigiu outra e necessária conceituação de público, exigindo novos formatos organizacionais do Estado e das organizações da sociedade civil, onde o público precisa tornar-se um valor compartilhado.

A gestão pública vem passando um período de mudanças, necessitando de construção de uma forma pós-burocrática de realizar o planejamento governamental, através da construção de consensos e compromissos em torno das metas acordadas. Alternativas como ampliação do controle social e a ênfase na política pública surgiram para flexibilizar a gestão pública, numa realidade emergente, complexa e plural.

Dessa forma, os gestores das organizações públicas se deparam cada vez mais com a necessidade de tomar decisões morais e cercadas de pressões desafiantes por melhores resultados econômicos e sociais, através de uma postura ética e transparente. A gradativa conscientização dos cidadãos tem produzido demandas cada vez mais complexas assim como expectativas que aumentaram na mesma proporção. Assim, ética e transparência nas políticas públicas correlacionam-se a legitimidade e a credibilidade dos governos.

Considerando a importante função do setor público na sociedade, bem como a necessidade de gestores socialmente responsáveis, a partir de 1980 novas formas institucionais começam a ingressar no sistema de controle do governo sobre os serviços públicos.

Ainda nesse contexto, na última década, diversos países desenvolvidos e em desenvolvimento estão engajados em reavaliar de forma completa o papel do governo na sociedade, e iniciaram o processo de discussão sobre a importância da governança no setor público, como forma de assegurar maior responsabilidade e redução do poder dos gestores.

Com base em Machado (2012), a governança está relacionada à habilidade e à capacidade do governo de desenvolver com eficiência e responsabilidade a gestão dos recursos e das políticas públicas; tornar o governo mais aberto, responsável, transparente e democrático; bem como promover mecanismos que possibilitem a participação da sociedade no planejamento, decisão e controle das ações que permitem atingir o bem comum.

O atingimento da efetiva governança nas entidades públicas está atrelado a passos fundamentais como: liderança, integridade e compromisso, ou seja, qualidades pessoais de todos na organização. Os outros três elementos podem ser responsabilidade, integração e transparência, que caracterizam produtos das estratégias, dos sistemas, das políticas e dos processos estabelecidos na organização, conforme Barret (2003).

O Estado cresceu e passou a oferecer serviços úteis aos cidadãos, com o objetivo de atender as necessidades públicas. Os cidadãos passaram a manter a sociedade (Estado) através do pagamento de impostos (receitas) e o Estado cria e mantém entidades prestadoras de serviços (escolas, postos de saúde, etc.). Dessa forma, a arrecadação é transferida para essas entidades e refletem uma integralização de capital que será aplicada em ativos consumidos durante o exercício (Slomski, 2011).

Portanto, muitas mudanças sociais e políticas têm ocorrido no mundo de forma muito rápida, o que provocam transformações na sociedade. Numa sociedade atuante e consciente, o caminho a ser percorrido pela ação governamental requer uma informação fidedigna. Dessa forma, o gestor deve estar atento às transformações, utilizar o máximo dos mecanismos de evidenciação como suporte para planejamento, controle e transparência da gestão.

Assim, com base em estudos de MARQUES (2005 citado por SLOMSKI *et al*, 2008), em diversos países é considerado consenso que o *disclosure* das práticas e condutas corporativas fundamenta a governança das organizações públicas, visto que envolve a evidenciação apropriada, dentre outros princípios. O *Disclosure* pode ser entendido, conforme Andrade e Rossetti (2011) como a transparência de informações que impactam os

negócios, os resultados, as oportunidades e os riscos, estabelecendo clima de confiança.

A visão e a tendência mundial que se almeja incorporar nas organizações públicas é de que o desejo de disponibilizar informações para as partes interessadas seja do interesse da própria entidade e não apenas em razão das imposições de leis ou regulamentos. A adequada transparência resulta em um clima de confiança, tanto internamente quanto nas relações da instituição com terceiros.

Considerando esses pontos, nos últimos tempos os sistemas de indicadores têm sido um dos instrumentos mais importantes e utilizados em âmbito mundial para estudar e analisar o desenvolvimento, o desempenho e a qualidade dos resultados das instituições.

Diante dessa realidade, a educação superior que se fortaleceu como um importante instrumento de formação profissional, científica e social na produção de riqueza para a sociedade, porém com a difícil missão de conciliar e desenvolver o tripé de atuação de ensino, pesquisa e extensão, desperta inquietação em conhecer a produção dos resultados auferidos.

Considerando o contexto apresentado, algumas questões surgiram como balizadoras para os estudos sobre *disclosure*:

- Como se dá a aplicação do *disclosure em* uma universidade pública federal?
- Existe *disclosure* dos resultados aquém dos planejados em uma universidade pública federal?
- Os indicadores de *disclosure* informacional são relevantes para a gestão e para as políticas públicas em educação?
- É possível a compreensão do desempenho institucional através do *disclosure*?

Em síntese, essas questões nos conduzem a um questionamento: Qual a *performance* de indicadores educacionais em uma Universidade Pública Federal em alusão ao *disclosure* informacional?

1.2 Objetivos da Pesquisa

1.2.1 Geral

O objetivo deste estudo consiste em analisar a *performance* de indicadores educacionais em uma Universidade Pública Federal em alusão ao *disclosure* informacional.

1.2.2 Específicos

De aspecto sistêmico, procurando alcançar o objetivo geral, pretende-se obter êxito nos seguintes objetivos específicos:

- Identificar o referencial teórico, bem como normas voltadas à prática do *Disclosure* nas instituições públicas;
- Identificar através do *disclosure* os principais indicadores de desempenho educacional de uma Universidade Pública Federal, comparativamente ao de outras IFES;
- Analisar a pertinência de atributos qualitativos dos indicadores levantados; e
- Levantar o nível de importância atribuído aos indicadores educacionais evidenciados de uma Universidade Pública Federal pelos seus gestores.

1.3 Justificativa e Relevância da Pesquisa

Para justificar a realização e a abordagem da pesquisa apresenta-se sua afinidade com a inserção teórica à linha da pesquisa, com o estado da arte do tema pesquisado e com o ambiente prático do tema da pesquisa.

1.3.1 Inserções teóricas à linha de pesquisa

A pesquisa está inserida na linha de pesquisa Estratégias e Competências Organizacionais do Programa de Pós Graduação Mestrado em

Administração da Universidade Federal de Rondônia (2011), que tem por objetivo realizar:

[...] estudos e pesquisas sobre as perspectivas de aprendizagem, inovação, sustentabilidade e estratégias alternativas de gestão das organizações, a partir da análise de diferentes níveis das estruturas de competência humana, tecnológica e organizacional.

Para o eixo temático de Estratégias Sustentáveis e Governança, as investigações são voltadas para identificar, analisar e desenvolver estratégias e seus impactos sobre a estrutura, a dinâmica, o comportamento e os resultados de organizações. O estudo realizado abrange os propósitos definidos por esse eixo temático, particularmente por abordar um valor oriundo da governança corporativa estudado sob a perspectiva da gestão pública, em especial na educação superior.

Esse estudo pode incentivar uma forma de discussão sobre o desenvolvimento e aperfeiçoamento das ferramentas de gestão junto aos gestores de uma universidade pública federal, através dos indicadores produzidos e evidenciados segundo o princípio do *disclosure*.

Avaliar educação, em termos qualitativos, pode ser resumido como um conjunto de atributos relacionados a entradas, processo e resultados educacionais, representados em um conceito múltiplo de estratégias e impactos a serem verificados por diversos indicadores.

1.3.2 Inserção ao estado da arte

Estudos e tendências internacionais evidenciam a necessidade de melhoria de valores e comportamentos éticos, de novos modelos de gestão e de ampliação do controle, especialmente fundamentados nos temas e princípios que fundamentam a Nova Gestão Pública ou a Governança na Gestão Pública, conforme Machado (2012). Dentro dessa tendência, o conhecimento sobre a imprescindível evidenciação, bem como a discussão sobre a qualidade dessa informação disponibilizada poderá ser um início de outro parâmetro de discussão teórica.

Segundo Costa (2011, p. 3), a criação de indicadores é uma forma de avaliação do desempenho das universidades, entretanto, as pesquisas científicas sobre o desempenho das IFES, vão mais além do que a simples criação de indicadores.

Os objetivos desta pesquisa visam contribuir para a discussão do estado da arte da relacionada às práticas de evidenciação quanto aos indicadores educacionais, considerando que abordou os aspectos teóricos sobre o princípio do *Disclosure* e sua aplicabilidade em uma universidade pública federal. Tal afirmação leva em consideração pesquisas a exemplo de Bertolin (2007), onde afirma que:

Nos últimos tempos os sistemas de indicadores têm sido um dos instrumentos mais importantes e utilizados em âmbito mundial para estudar e analisar o desenvolvimento, o desempenho e a qualidade dos sistemas nacionais de educação. Alguns dos mais importantes organismos internacionais e diversos países têm desenvolvido, elaborado e aplicado sistemas de indicadores com vistas a avaliar sistemas de educação.

Fundamenta-se ainda, na atualidade das pesquisas sobre o tema, considerando que a normatização quanto à obrigatoriedade do *disclosure* em instituições públicas é dada como recente.

1.3.3 Inserção à prática do tema da pesquisa

A pesquisa buscou uma discussão sobre o nível de aplicação do *Disclosure* no contexto de uma instituição pública federal, em especial uma universidade. Esse tipo de instituição, considerada pluridisciplinar, é detentora de uma variedade de partes interessadas, que vão desde controles internos, controles externos, servidores, gestores setoriais, comunidade acadêmica e sociedade em geral, dentre outros.

A oportunidade de escolher o tipo de instituição levou em conta às missões ímpares que são atribuídas às universidades federais, em especial as voltadas para o desenvolvimento de nosso país, alicerçadas em três grandes eixos indissociáveis de atuação: ensino, pesquisa e extensão, bem como gozando de autonomia didática científica, administrativa e gestão financeira e patrimonial. Características essas e outras constantes da Lei Federal nº

9.394/96, que configuram uma instituição complexa a ser gerida, em especial pela existência de um grande número de partes interessadas na atuação e nos seus resultados apresentados, a exemplo da função social.

Após a criação do Estado de Rondônia pela Lei Complementar nº 47, de 22 de dezembro de 1981, a Fundação Universidade Federal de Rondônia foi instituída em 08 de julho de 1982, através da Lei Federal nº 7.011, com o compromisso de dentre outros objetivos, implementar um segmento da política pública, a educação superior. Assim, contribuindo para a disseminação do conhecimento através do ensino superior, da pesquisa e da extensão. Assim como as demais instituições governamentais, as universidades devem desenvolver mecanismos de monitoramento e de avaliação dos efeitos produzidos pelos atos de gestão, com fito às correções tempestivas que porventura conduzam a resultados aquém dos esperados pela sociedade beneficiária.

Nessa conjuntura, a pesquisa realizada almeja contribuir para aprofundar discussões sobre evidenciação em organizações públicas e, em particular numa universidade federal, como forma de melhoria dos mecanismos de *disclosure*, de prestação de contas e dos desempenhos.

Em termos práticos, os resultados aqui produzidos poderão ainda contribuir com uma reflexão acerca dos paradigmas de *disclosure* da Universidade Federal de Rondônia, considerando a *performance* dos seus indicadores, a perspectiva dos gestores e os atributos qualitativos da informação evidenciada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial apresenta algumas teorias pertinentes ao *disclosure* segundo as visões da governança corporativa, da governança no setor público, da administração pública brasileira, bem como alguns conceitos a cerca de *disclosure* e indicadores, de atributos qualitativos da informação e por fim, indicadores na perspectiva da educação superior brasileira.

2.1 *Disclosure* segundo a visão da Governança Corporativa

A governança corporativa apoia-se em um conjunto de princípios, regras e procedimentos que os *stakeholders* (interessados nos resultados e no desempenho da organização) estabelecem para melhorar a gestão das organizações. Organizações éticas tendem a possuir valor maior do que aquelas que não se preocupam com este aspecto (RODRIGUES *et al*, 2004).

Com o desenvolvimento da governança corporativa uma grande diversidade de conceitos é encontrada na literatura. Andrade e Rossetti (2011) levantaram em estudos as diversas perspectivas da governança, que podem ser resumidas em quatro abordagens: da governança como guardião de direitos das partes, como sistema de relações, como estrutura de poder e como sistema normativo, a seguir definidas:

- a) **Governança como guardião de direito das partes** – define-se em:
 - Normas voltadas à evidenciação de informações para decisão;
 - Transparência, justiça e responsabilidade na gestão;
 - Distribuição dos direitos e responsabilidades entre membros.
- b) **Governança como sistema de relações** – apresenta-se como:
 - Relações entre direção, conselho, acionistas e outros;
 - Aumentar o valor da sociedade, contribuir à perenidade.
- c) **Governança como estrutura de poder** – caracteriza-se como:

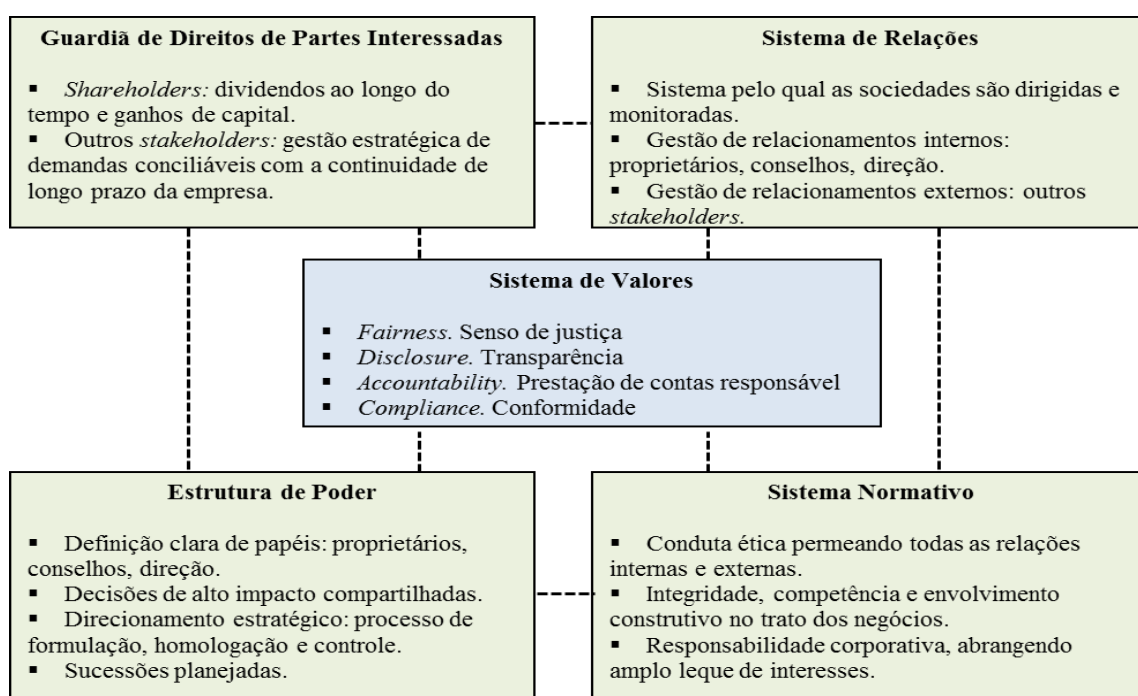
- Sistema de poder que rege a gestão e o controle organizacional;
- Processo de tomada de decisões estratégicas e liderança.

d) Governança como sistema normativo – aborda aspectos de:

- Monitoramento e gerenciamento através de normas;
- Sistema de valores que refletem o comportamento.

Segundo os conceitos apresentados, Andrade e Rossetti (2011), consolidam os estudos sobre *disclosure* na governança, conforme figura 1:

Figura 1: Governança em agrupamentos conceituais



Fonte: Andrade e Rossetti, 2011.

Ainda para Andrade e Rossetti (2011), a sustentação da governança são os princípios e valores, resultantes do entrelaçamento das concepções, das práticas e dos processos de alta gestão, conforme resumidos a seguir:

- ***Fairness***. É o senso de justiça e equidade entre acionistas, na participação igualitária na riqueza corporativa e nos resultados.
- ***Compliance***. Conformidade no cumprimento de normas reguladoras. Divisão de esforços entre gestores no processo de gestão e no desempenho efetivo da organização.

- **Accountability.** Prestação de contas de forma responsável, motivada nas melhores práticas e na responsabilidade em assumir as consequências dos atos e omissões.
- **Disclosure.** Transparência de informações que impactam os negócios, os resultados, as oportunidades e os riscos, estabelecendo clima de confiança.

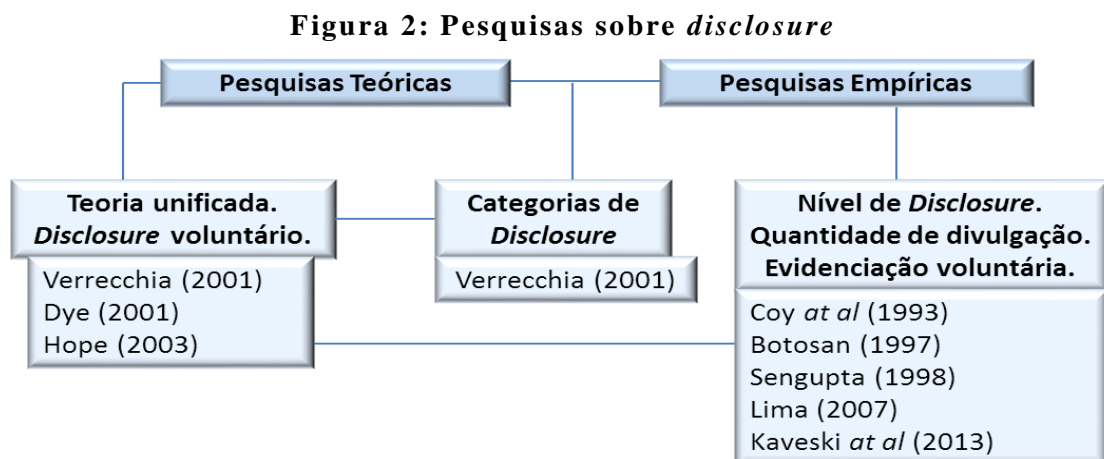
De acordo com o código das melhores práticas de governança do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC (2009), os princípios e práticas de governança corporativa se aplicam a qualquer tipo de organização, independentemente do porte, natureza jurídica ou tipo de controle. Destacando ainda, que:

A organização deve formalizar uma política de divulgação de informações. Essa política deve contemplar a divulgação de informações além das exigidas por lei ou regulamento. A premissa é que a divulgação seja completa, objetiva, tempestiva e igualitária.

Para Murcia (2009) o *disclosure* pode alterar o comportamento dos gestores, a percepção dos usuários da informação e daqueles que a divulgam. Já, segundo o IBGC (2004) mais do que "a obrigação de informar",

A Administração deve cultivar o "desejo de informar", sabendo que da boa comunicação interna e externa, particularmente quando espontânea, franca e rápida resulta um clima de confiança, tanto internamente, quanto nas relações da empresa com terceiros.

Com base nas referências estudadas, algumas pesquisas foram desenvolvidas sobre evidenciação, ora sintetizadas na figura 2.



Fonte: Elaborado pela autora com nas obras pesquisadas

Coy *et al* (1993), corroboraram o pioneirismo em propor um índice de *disclosure* foi realizado em universidades da Nova Zelândia, através da utilização do índice denominado de *Modified Disclosure Accountability* (MAD) tomando como base revisão da literatura e análise dos relatórios anuais.

Os autores Verrecchia (2001) e Dye (2001) trabalharam a abordagem de que há uma teoria abrangente e unificada para descrever e estudar *disclosure*. Já para Hope (2003) o *disclosure* é considerado um fenômeno essencialmente complexo podendo ser explicado parcialmente pela Teoria da Agência, na qual divulgadores demonstram interesse em práticas de divulgação como potencial de efeitos econômicos, ou seja, o custo-benefício como fator essencial.

Com base em Dye (2001, p. 184) o *disclosure* pode ser obrigatório, em razão das normas reguladoras ou *disclosure* voluntário, onde a entidade possui a faculdade de fazer ou não evidenciar relação a proporção de ser ou não favorável à entidade.

Já para Verrecchia (2001, p. 99) existem as seguintes categorias de pesquisa sobre *disclosure*:

- Pesquisa fundamentada na associação, ou seja, na identificação da relação entre *disclosure* e comportamento dos credores;
- Pesquisa fundamentada na eficiência do *disclosure*, ou seja, quais informações são eleitas e consideradas mais eficientes;
- Pesquisa baseada na discricionariedade do *disclosure*, levantando a motivação para a decisão em divulgar determinadas informações.

Enquanto Botosan (1997) estudou sobre o nível de *disclosure* baseado na quantidade de publicidade voluntária em empresas industriais, Sengupta (1998) verificou que as organizações com divulgação tempestiva e detalhada, como um *accountability*, apresentam custos financeiros mais baixos.

Lima (2007) pesquisou sobre a reputação organizacional em empresas de capital aberto, como fator de *disclosure* voluntário. Enquanto Kaveski *et*

al (2013) estudou o nível de conformidade com as práticas de *disclosure* contábil em universidades comunitárias.

Outros grandes estudos foram posteriormente realizados, segundo Lima (2009), tendo como objeto de pesquisa universidades e também utilizando a análise de relatórios anuais disponibilizados pelas entidades, em Universidades da Austrália, da Inglaterra, do País de Gales, Irlanda do Norte em Universidades canadenses.

Indicador é “um instrumento que permite mensurar as modificações nas características de um sistema, ou seja, os indicadores devem estabelecer, para um dado período, uma medida da sustentabilidade do sistema” (DEPONTI *et al*, 2002, p. 44).

Indicador para Landsheere (1992 citado por SANTOS *et al*, 2001) é,

Uma estatística direta e válida que informa sobre a situação e as mudanças de amplitude e de natureza que ocorrem, ao longo do tempo, com um fenômeno social considerado importante. Um sistema de indicadores deve permitir comparações longitudinais e/ou entre diferentes áreas geográficas, marcando as diferenças significativas encontradas em relação a esse fenômeno.

O indicador deve apresentar algumas características importantes, com base em Astier (2002):

- Significativo para a avaliação do sistema;
- Validade, objetividade e consistência;
- Coerência e sensibilidade a mudanças no tempo e no sistema;
- Facilidade de compreensão;
- Contribuir para a participação dos interessados;
- Fácil mensuração, baseado em informações facilmente disponíveis e de baixo custo;
- Relação com outros indicadores facilitando a interação entre eles.

Para Nelson *et al* (2003 citado por FILHO, 2010), um indicador de *disclosure* é um instrumento desenhado para medir a existência de um conjunto de itens específicos e, também, para avaliar a qualidade da divulgação de informações apresentadas.

Para Lima (2009) índice de *disclosure* é uma metodologia aplicada frequentemente em pesquisas contábeis, utilizado para fornecer um número capaz de indicar o nível dos conteúdos dos relatórios de organizações comparáveis ou de aspectos particulares de interesses mencionados por tais relatórios.

Para Hendriksen *et al* (1999 citado por MELLO *et al*, 2006) a quantidade de informação a ser evidenciada, depende em certo nível da sofisticação do leitor que a recebe e, o nível de divulgação depende do padrão desejável, onde conceitos de divulgação são definidos, no quadro 1:

Quadro 1 – Tipos de evidenciação

Divulgação adequada	Divulgação justa	Divulgação completa
✓ Mais comumente utilizada	✓ Pressupõe objeto ético	✓ Apresentação de toda a informação relevante
✓ Pressupõe volume mínimo de divulgação	✓ Tratamento equitativo de todos os leitores em potencial	✓ Requer cautela quanto excesso de informação

Fonte: elaborado pela autora com base em Hendriksen *et al* (1999 citado por MELLO *et al*, 2006)

Para Tesoro (2001, p. 6):

La auténtica transparencia no se limita a ofrecer acceso a ciertas colecciones de datos diseñadas y sesgadas “desde adentro”, sino que surge de la posibilidad –de todo ciudadano– de obtener e interpretar información completa, relevante, oportuna, pertinente y confiable acerca de la gestión, del manejo de los recursos y de la conducta de los servidores públicos.

2.2 Disclosure na Visão da Gestão Pública

A transposição dos conceitos da administração de negócios para a gestão pública faz parte de um processo iniciado na década de 70 pelo Reino Unido e depois Estados Unidos, alcançando os conceitos de Governança e contribuindo para uma era conhecida como Nova Gestão Pública. Assim, para um novo modelo de gestão pública segundo Janny e Santana (1994 citado por Slomski, 2011, p.27) é necessário visualizar que a administração pública pertence aos cidadãos.

Conforme Kickert (1997 citado por VIANA, 2010) a governança pública tem um significado mais amplo do que o conceito de administração usual e limitado. Governança pública é um complexo de princípios e atividades que envolvem a direção do gerenciamento no setor público. Partindo desse argumento, identificamos algumas abordagens diferentes para governança na área estatal, demonstradas no quadro 2:

Quadro 2 – Governança na visão do setor público

Autor	Abordagem
Diniz (1996, p. 12)	Capacidade de ação estatal na implementação de políticas e na consecução de metas coletivas.
Bresser Pereira (2001, p. 8)	Processo dinâmico em que se dá o desenvolvimento político, pelo qual a sociedade civil, o Estado e o governo organizam a vida pública.
Bento (2003, p. 85)	Instrumentos técnicos de gestão que assegurem eficiência e democratização das políticas públicas. São as competências dos gestores e de servidores para cumprimento das metas.
Machado (2012, p. 188)	Habilidade e capacidade do governo desenvolver com eficiência e responsabilidade a gestão dos recursos e das políticas públicas; tornar-se mais responsável, transparente e democrático.

Fonte: Elaborada pela autora com bases nos autores citados

Para Slomski (2011, p. 19), a condução da coisa pública possui necessidade de abordar os pressupostos da transparência, equidade, *accountability* e responsabilidade corporativa.

De acordo com Barret (2005 citado por VIANA, 2010) é exigido a todas as organizações públicas serem transparentes e responsáveis por suas atividades. A transparência é essencial para ajudar a medir se os gestores são totalmente responsáveis e é etapa fundamental para a boa governança.

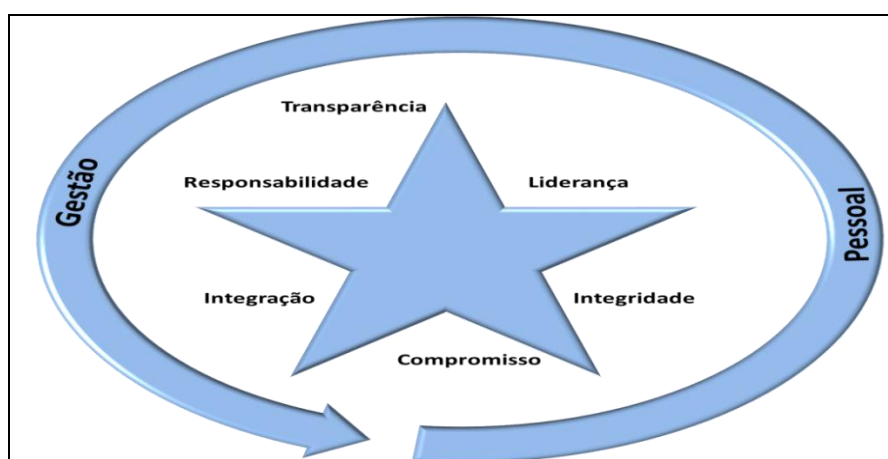
Para Slomski (2011, p.130) as melhores práticas de governança podem ser vistas sob a ótica a gestão pública, conforme resumidos a seguir:

- **Aumentar o valor** - As ações governamentais sob a perspectiva dos cidadãos devem produzir agregação de valor à sociedade.
- **Melhorar seu desempenho** - As entidades públicas poderão melhorar seu desempenho. No ambiente interno, implantando ações saneadoras desenvolvendo potencialidades dos recursos. No

externo, através de medidas que captem investimento de iniciativa privada e ou que visem o cumprimento das normas.

Para Steinberg (2003) é engano praticar boa governança apenas acatando normas, há antes uma relação com a atitude e escalas de valores. Porém, Barret (2003 citado por Marques, 2007) afirma que a efetiva governança em entidades públicas é alcançada através da aplicação de itens considerados fundamentais, os quais podem ser evidenciados na figura 3.

Figura 3 – Princípios de boa governança nas entidades do setor público



Fonte: Barret (2003 citado por Marques, 2007)

A partir da figura 3, extraem-se as qualidades pessoais a todos na organização:

- **Liderança** – clara identificação e articulação de responsabilidade em todos os níveis, estabelecendo prioridades governamentais.
- **Compromisso** – comunicação melhor, conduta ética e com valores, relacionamento com cidadãos e prestação de serviços com qualidade.
- **Integridade** – pautada na honestidade, objetividade e profissionalismo dos indivíduos, n alto nível de probidade administrativa na gestão dos recursos. O resultado é verificado nas práticas, nas decisões, na qualidade e na credibilidade das informações disponibilizadas.

Ainda em relação à figura 3, temos o produto das estratégias, dos sistemas, das políticas e dos processos estabelecidos:

- **Responsabilidade** – reconhecimento dos papéis dos membros da governança. A sua ausência impede a organização atingir seus objetivos.
- **Transparência** - disponibilizar informações completas, seguras. Reflete a confiança nas ações e no processo decisório, nivela a responsabilidade. Transparência é um recurso público.
- **Integração** – integrar de forma estratégica os elementos de uma efetiva governança, necessários para atingimento de metas e objetivos.

A governança para o setor público adequa os princípios da governança corporativa, abordando *disclosure*, *accountability*, *compliance* e *fairness*. (SLOMSKI, 2011, p. 132):

- **Disclosure** – Obrigação de informar ou dar transparência do produto das estratégias, das políticas e dos processos.
- **Fairness** – Equidade em políticas e ações governamentais, com o objetivo de realizar o bem estar social.
- **Accountability** – Essencial em relatórios obrigatórios e também como instrumento de transparência dos atos de forma espontânea.
- **Compliance** – Gestores devem zelar pela perenidade das organizações, através da visão de sustentabilidade.

De acordo com a Federação Internacional de Contabilidade - IFAC (2010) a aplicação das exigências das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público - *IPSASs* favorecerá a *accountability* e o *disclosure* das informações elaboradas pelo governo. Algumas normas que refletem os padrões internacionais de evidenciação resumem-se no quadro 3:

Quadro 3 – IPSAS sobre evidenciação

Norma	Aspecto Regulamentado
IPSAS 1 – § 132	A entidade deve divulgar resumo de políticas contábeis.
IPSAS 18 – Base para Conclusão nº 10	A evidenciação de certas informações sobre atividades significativas ou segmentos deve ser feita em separado, para avaliação do desempenho da entidade na realização de seus objetivos e para fins de tomada de decisão.
IPSAS 22 – § 39	As entidades farão todas as evidenciações adicionais para os usuários compreenderem a natureza da informação apresentada.
IPSAS 30 – § 25	A entidade deve divulgar as bases de mensuração de elaboração de demonstrações contábeis.

Fonte: elaborado pela autora com base nas *IPSASs* do IFAC, 2010.

Para Janny e Santana (1994 citado por Slomski, 2011, p.32) a ausência de canais adequados e meios efetivos de informação aos cidadãos sobre a gestão pública ocasiona a assimetria informacional, podendo ser:

- A assimetria externa quando o cidadão não tem a certeza sobre a maximização do retorno do investimento em serviços e bens públicos.
- A assimetria interna quando os servidores públicos possuem mais informações sobre suas áreas de atuação do que o gestor principal.

Já na visão de Hendriksen e Van Breda (1999 citado por CAMÊLO, 2010) a assimetria de informações é um problema causado por informação incompleta, onde nem todos os fatos são conhecidos; e certas consequências não são consideradas.

A utilização do *disclosure* de informações sociais nas entidades públicas é uma ferramenta em crescimento na gestão pública, surgindo a necessidade de demonstração do desempenho do gestor público perante a comunidade, como forma de maior controle e transparência. Segundo Slomski (2011, p. 117), a França em 1977 foi o primeiro país a instituir por força de lei, a obrigatoriedade de elaborar e divulgar relatórios com medidas do desempenho e do retorno social dos recursos públicos. Utiliza atualmente os conceitos de Balanço Social do setor privado como mecanismo

de transparência e controle da gestão pública, através de linguagem acessível para a maioria dos cidadãos.

Para Cruz *et al* (2009, p. 104) a transparência deve “caracterizar todas as atividades realizadas pelos gestores públicos, de maneira que os cidadãos tenham acesso e compreensão daquilo que os gestores governamentais têm realizado.”

2.3 Disclosure na Administração Pública Federal Brasileira

A legislação brasileira estabelece instrumentos de governança para disponibilização de informações, em regra geral, informações orçamentárias e financeiras, inicialmente, estabelecida pela Constituição Federal de 1988.

O acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública, visando atender o direito constitucional previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, Capítulo I – dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, na Constituição Federal, conforme segue:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado; (BRASIL, 1988).

O estímulo à transparência pública é um dos objetivos essenciais da moderna Administração Pública. A ampliação da divulgação das ações governamentais a milhões de brasileiros, além de contribuir para o fortalecimento da democracia, prestigia e desenvolve as noções de cidadania (CGU, 2006).

Outra norma federal que trata da evidenciação de informações públicas é a Lei Complementar nº 101/2000, que segundo Santos (2002) agrega novas formas de transparência e apresenta os objetivos de fortalecimento dos principais eixos da administração pública: planejamento, transparência, controle e responsabilidade na gestão de recursos públicos e prestação de contas (BRASIL, 2000).

A Lei Complementar nº 101/2000 em seu artigo nº 48 enfatiza a transparência e seus diversos instrumentos, estabelecendo a obrigatoriedade de ampla divulgação de diversas informações, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Na visão de Slomski *et al* (2008, p.175) a Lei Complementar nº 101/2000 induz o gestor público à transparência dos atos, a qual pode ser melhorada com o agregar de instrumentos como a Demonstração do Resultado Econômico e o Balanço Social. Proporcionando assim, uma simetria informacional entre Estado e Sociedade.

Com o Decreto Presidencial nº 5.482/2005, estabeleceu-se as diretrizes para a divulgação de dados e informações pelos órgãos da administração pública federal, utilizando a Rede Mundial de Computadores, criando um sítio eletrônico (BRASIL, 2005).

Através da Portaria Interministerial nº 140/2006, os órgãos e entidades da Administração Pública Federal apresentam obrigatoriedade de disponibilização em seus respectivos sítios eletrônicos na rede mundial de computadores uma página denominada “Transparência Pública”, com informações detalhadas relativas à execução financeira e orçamentária, para fins de controle social. As Páginas de Transparência Pública dão continuidade às ações de governo voltadas para o incremento da transparência e do controle social, através da divulgação dos gastos (BRASIL, 2006).

Mais recentemente, a Lei Federal nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 veio regulamentar o acesso à informação ora previsto da Constituição Federal, definindo o rol de obediência da mesma todos os Poderes e Entes Federais, Estaduais e Municipais (BRASIL, 2011a).

A norma mencionada anteriormente traz em seu artigo 3º o objetivo de assegurar o direito fundamental de acesso à informação, o qual toma como base com os princípios básicos da administração pública e algumas diretrizes que dentre elas, destaca-se divulgação de informações de interesse público, fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência e do controle social da administração pública.

Ainda na Lei Federal nº 12.527/2011, o artigo 5º apresenta o direito de acesso a informação como um dever do Estado que deverá proporcionar meios necessários de forma transparente e ágeis, através de linguagem de fácil compreensão. Dessa forma, os órgãos e entidades públicas deverão promover informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, conforme definição dos artigos 6º e 8º, observadas as exceções de informações sigilosas.

O Supremo Tribunal Federal vem adotando como jurisprudência em relação ao tema transparência, a decisão proferida no Habeas Corpus nº 98.143, de 2008 e de relatoria da ministra Ellen Gracie, onde “A garantia da ordem pública se revela, ainda, na necessidade de se assegurar a credibilidade das instituições públicas quanto à visibilidade e transparência de políticas públicas [...]” (STF, 2008).

Com a regulamentação do Decreto nº 7.724/2012, houve entre outros fatores a definição de responsabilidades e procedimentos para disponibilização de informações no âmbito do Poder Executivo Federal (BRASIL, 2012). Assim, o artigo 3º define informação como sendo “dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato”. Com base nesse Decreto, identifica-se a prática do *Disclosure*, conforme a seguir:

Quadro 4 – Formas de transparência

Transparência Ativa	Transparência Passiva
<p>Dever dos órgãos promover, independente de requerimento, divulgação em seus sítios na Internet, informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas, como:</p> <p>I - estrutura organizacional, competências, legislação aplicável, cargos e seus ocupantes;</p> <p>II - programas, projetos, ações, obras e atividades, unidade responsável, metas, resultados e indicadores de resultado e impacto;</p>	<p>Os órgãos e entidades deverão criar Serviço de Informações ao Cidadão - SIC, objetivando:</p> <p>I - atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;</p> <p>II - informar sobre a tramitação de documentos nas unidades; e</p> <p>III - receber e registrar pedidos de acesso à informação.</p>

Fonte: elaborado pela autora com base no Decreto nº 7.724/2012.

Outro pronunciamento do STF sobre transparência é a decisão de relatoria do ministro Ayres Britto, no processo eletrônico DJe-181 de 13/09/2012, onde considera que:

[...] novos processos tecnológicos, oportunizaram um aumento gradativo e impressionante da informatização e compartilhamento de informações dos órgãos estatais, que passaram, em grande medida, a serem divulgadas na Internet, não só como meio de concretização das determinações constitucionais de publicidade, informação e transparência, mas também como propulsão de maior eficiência administrativa no atendimento aos cidadãos e de diminuição dos custos na prestação de serviços.

2.4 Indicadores e Atributos Qualitativos

Os indicadores fornecem informações sobre a entidade, sobre o desempenho estratégico ou operacional, seja oriundo da aplicação de recursos, ou seja, de prontidões e de competências. Alguns indicadores também incluem referências explicativas sobre as expectativas da gestão e sobre as estratégias para a entidade que reporta a informação, bem como outros tipos de informação sobre o futuro e as tendências.

Para Kaplan & Norton (2000, p. 117) os indicadores operacionais estão relacionados à satisfação dos clientes, aos processos internos e a capacidade da organização de aprender e melhorar as atividades impulsionam o desempenho. Indicador operacional está diretamente ligado à produtividade dos recursos e dos ativos da entidade ora empregados, ou seja, eficiência com o que a instituição conduz suas operações.

Segundo o Mapa Estratégico do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação 2010-2015, os indicadores estratégicos mostram a relação entre os objetivos estratégicos e são testes permanentes da validade da estratégia. Dessa forma, esses funcionam como ferramentas para a condução ao resultado esperado, mostrado aos indivíduos o direcionamento para o atingimento da estratégia institucional.

Quanto maiores os níveis de exatidão e confiabilidade que determinam a qualidade da informação, maior será o aspecto qualitativo. Os atributos das informações úteis são determinados por quatro fatores: qualidade, oportunidade, completude e relevância. Assim, para a informação

ser considerada útil, ela precisa ser relevante e representar com fidedignidade o que se propõe a representar (JONES e GEORGE, 2012 p.395).

2.4.1 Atributos Qualitativos Fundamentais

Com base no Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - CPC/IASB (2011), as características qualitativas fundamentais podem ser:

- **Relevância:** A informação relevante é aquela capaz de fazer diferença nas decisões que possam ser tomadas pelos usuários. A informação pode ser capaz de fazer diferença em uma decisão mesmo no caso de alguns usuários decidirem não a levar em consideração, ou já tiver tomado ciência de sua existência por outras fontes. A informação pode ser dotada de valor preditivo, ou seja, pode ser utilizada como dado de entrada em processos empregados pelos usuários para predizer ou projetar futuros resultados. Assim, os usuários fazem suas próprias projeções ao utilizar a informação contida no indicador.

- **Materialidade:** A informação é material quando a sua omissão ou a sua divulgação distorcida puder influenciar decisões que os usuários tomam com base nos indicadores acerca de entidade. A materialidade é um aspecto de relevância específico da entidade baseado na natureza ou na magnitude do indicador divulgado.

- **Representação fidedigna:** A informação deve representar com fidedignidade o fenômeno que se propõe representar, onde deve possuir os atributos de ser completa, neutra e livre de erro. O usuário compreende o indicador quando a informação inclui todas as descrições e explicações necessárias, ou seja, é completa. Um retrato neutro da realidade é desprovido de viés na seleção ou na apresentação da informação. Não deve ser distorcido com contornos que possam dar ênfase maior ou menor, ou qualquer outro tipo de manipulação que aumente a probabilidade de o indicador ser recebido pelos seus usuários de modo favorável ou desfavorável.

Representação da realidade significa que não há erros ou omissões no fenômeno retratado pelo indicador, e que o processo utilizado, para produzir a informação reportada, foi selecionado e foi aplicado livre de erros. Assim, para identificar os atributos qualitativos fundamentais da informação utiliza-se o processo sequencialmente:

- ✓ Identificar o indicador que tenha o potencial de ser útil para os usuários da informação da entidade.
- ✓ Identificar o tipo de informação sobre o fenômeno que seria mais relevante se estivesse disponível e que poderia ser representado com fidedignidade.
- ✓ Determinar se a informação está disponível e pode ser representada com fidedignidade.

2.4.2 Atributos Qualitativos de Melhoria

Algumas características consideradas qualitativas podem melhorar a utilidade da informação e também podem auxiliar a determinar entre duas alternativas relevantes e fidedignas pode ser utilizada para retratar um fenômeno. A utilidade da informação é melhorada se ela for comparável, verificável, tempestiva e compreensível. Segundo o Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - CPC/IASB (2011), referem-se a:

- **Comparabilidade:** A informação acerca da entidade será mais útil caso possa ser comparada com informação similar sobre outras entidades e com informação similar sobre a mesma entidade para outro período ou para outra data. Certo grau de comparabilidade pode ser ofertado por meio da satisfação dos atributos qualitativos fundamentais. Permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. A comparabilidade não está relacionada com um único item, requer no mínimo dois itens. Comparabilidade não significa uniformidade. Para que a informação seja comparável, coisas iguais precisam parecer iguais e coisas diferentes precisam parecer diferentes. Assim, comparabilidade e

consistências estão relacionadas, porém não significam o mesmo. Consistência refere-se ao uso dos mesmos métodos para os mesmos itens, tanto de um período para outro da mesma entidade, quanto para um único período entre entidades diferentes. Comparabilidade é o objetivo e a consistência auxilia a alcançá-lo.

- **Verificabilidade:** A verificabilidade é conferida quando diferentes observadores, conscientes e independentes que podem chegar a certo nível de consenso. A divulgação das premissas, dos métodos de obtenção da informação e dos outros fatores e circunstâncias que suportam a informação podem auxiliar os usuários a proceder a averiguação.

- **Tempestividade:** Tempestividade denota ter informação disponível para tomadores de decisão a momento de poder influenciá-los nas decisões. Algumas informações podem ter o seu atributo tempestividade prolongado por um período maior, em consequência de alguns usuários as utilizarem para identificar e avaliar tendências.

- **Compreensibilidade:** Indicadores são elaborados para usuários que têm conhecimento da atuação da entidade analisada. Certos fenômenos são inerentemente complexos e não podem ser facilmente compreendidos. Assim, classificar, caracterizar e apresentar a informação com clareza e concisão pode torná-la compreensível.

Quanto à aplicação dos atributos qualitativos de melhoria é um processo interativo e não adota uma ordem preestabelecida. Com base em Bens e Monahan (2004 citado por MURCIA, 2009) pode-se aumentar a precisão das informações sobre as decisões operacionais e de investimentos realizados pelos gestores, através de um *disclosure* de melhor qualidade.

2.5 Disclosure de Indicadores na Educação Superior Brasileira

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) vinculado ao Ministério da Educação, publica anualmente normas referentes aos procedimentos de divulgação dos indicadores de

qualidade das Instituições de Educação Superior, a exemplo da Portaria nº 386/2012, definidos como resultado do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes; o Conceito Preliminar de Curso e o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição.

De acordo com a Decisão Normativa do TCU nº 408/2002, foram criados indicadores de desempenho para as instituições federais de ensino superior (IFES), os quais são avaliados institucionalmente e também no Relatório Anual das Contas do Governo da República (BRASIL, 2011a), com o objetivo de acompanhar a evolução de aspectos relevantes do desempenho global do setor.

O Decreto Federal nº 6.425/2008, estabelece no art. 4º que:

O fornecimento das informações solicitadas por ocasião do censo da educação básica e da educação superior, bem como para fins de elaboração de indicadores educacionais, é obrigatório para todos os estabelecimentos públicos e privados de educação básica e para todas as instituições de educação superior [...].(BRASIL, 2008)

O Acórdão nº 2043/2010 – TCU/Plenário recomenda à Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação que:

[...] 9.1.1.2. plano de metas que identifique as metas para os principais indicadores de resultado do programa; 9.1.1.3. relatório de desempenho, com a análise dos resultados obtidos para os indicadores propostos pela matriz de indicadores e do alcance das metas previstas no plano de metas; [...].

Com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das IES, dos cursos de graduação e do desenvolvimento acadêmico de seus estudantes, foi instituído pela Lei Federal nº 10.861, de 14/04/2004, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

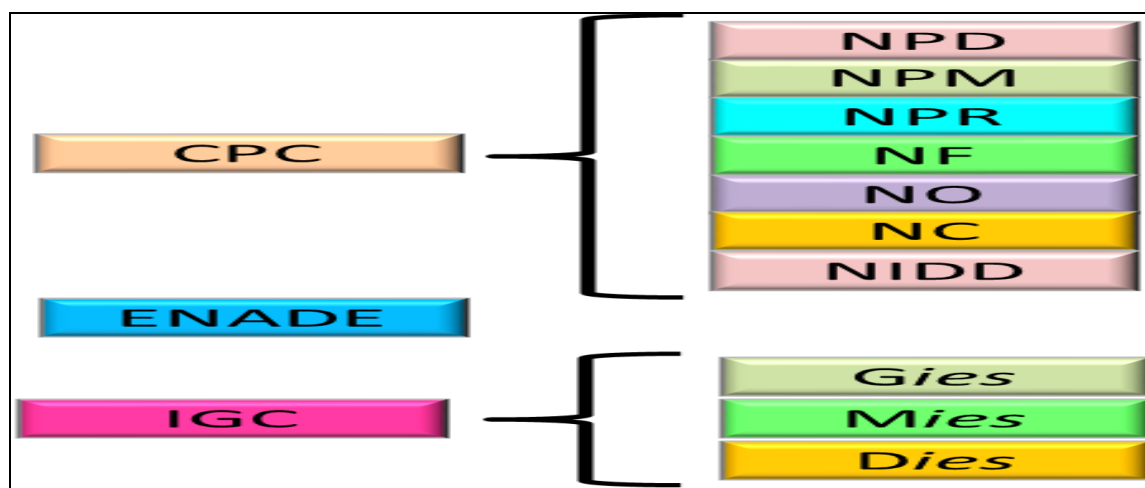
A Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, ratificada pela Portaria Normativa nº 23 de 01/12/2010, estabelece que “as avaliações do ciclo avaliativo do SINAES sejam orientadas por indicadores de qualidade expressos numa escala de cinco níveis, em que os níveis iguais ou superiores a 3 (três) indicam qualidade satisfatória”.

O artigo nº 34 da já mencionada Portaria, trata dos procedimentos de divulgação dos indicadores de qualidade e conceitos de avaliação, onde cabe

ao INEP publicar no cadastro e-MEC e no Diário Oficial da União. Com base nesses procedimentos, os indicadores de qualidade são elencados a seguir e demonstrados na figura 4:

- a) **De curso superior:** Conceito Preliminar de Curso (CPC);
- b) **De instituição de educação superior:** o Índice Geral de Cursos;
- c) **De desempenho de estudantes:** o Conceito ENADE.

Figura 4- Estrutura dos indicadores de qualidade da educação superior



Fonte: elaborada pela autora com base no Manual de Indicadores de Qualidade, 2011.

Para Francisco (2013, p.25),

[...] as principais ações que culminam em um índice positivo estão relacionadas com as políticas para o ensino da graduação e se envolvem com o processo de planejamento, desenvolvimento e avaliação dos respectivos conteúdos curriculares. [...] A Instituição constrói e desenvolve projetos direcionados aos objetivos do curso e ao perfil do egresso, ampliando a estrutura de laboratórios e os demais equipamentos, que dão suporte ao processo de ensino e aprendizagem.

Em relação aos prazos de disponibilização em sites de *disclosure* dos dados consolidados do Censo da Educação Superior, são definidos pelo INEP. Através da Portaria nº 09/2013, no art. 1º, alínea “h”, o período estipulado para divulgação dos dados consolidados referentes ao exercício a 2012, será de 12/08/2013.

2.5.1 Conceito Preliminar de Curso (CPC)

A Portaria Normativa MEC nº 40 de 12/12/2007, estabelece que para cursos com modalidade presencial e a distância, o Conceito Preliminar de Curso é divulgado de maneira unificada, ponderando a soma dos estudantes das duas modalidades e seus respectivos resultados.

O Conceito Preliminar de Curso deve ser calculado no ano seguinte ao da realização do ENADE de cada área na IFES. Esse conceito toma como base a avaliação de desempenho de estudantes, do corpo docente, da infraestrutura, de recursos didático-pedagógicos, do desempenho ENADE dos concluintes e do Indicador de Diferença entre Desempenhos Observado e Esperado. Resumindo, os componentes do CPC são evidenciados no quadro 5, onde cada componente possui um peso que serve de base para a construção da nota ou o conceito do IGC da IFES.

Quadro 5 – Componentes do Indicador de Qualidade CPC

Componentes	Origem dos Insumos para Geração de Medidas
Nota de Professores Doutores (NPD) 15%	Número total de docentes vinculados à Unidade com titulação igual ou maior a Doutorado dividido pelo número total de docentes da Unidade.
Nota de Professores Mestres (NPM) 7,5%	Número total de docentes vinculados à Unidade com titulação igual ou maior a Doutorado dividido pelo número total de docentes da Unidade.
Nota de Professores com Dedicção Integral ou Parcial (NPR) 7,5%	Número total de docentes vinculados à Unidade cujo regime de dedicação seja integral ou parcial e o número total de docentes da Unidade.
Nota referente à Infraestrutura (NF) 7,5%	Número total de estudantes vinculados à Unidade que responderam positivamente a questão sobre infraestrutura no Questionário do Estudante no ENADE, e o número total de estudantes que responderam a questão.
Nota da Organização Didático-Pedagógica (NO) 7,5%	Número total de estudantes vinculados à Unidade que responderam positivamente a questão sobre organização didático-pedagógica no Questionário do Estudante, e o número total de estudantes que responderam a questão.
Nota dos Concluintes no ENADE (NC) 20%	Desempenho de 75% da nota dos estudantes concluintes no componente específico mais 25% da nota dos mesmos estudantes no componente de formação geral, do ENADE.
Nota do Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (NIDD) 35%	Diferença entre o desempenho médio obtido no ENADE pelos estudantes concluintes de um curso e o desempenho médio esperado para esses. Leva em consideração características de aprendizagem; qualidade da formação oferecida pelo curso; e outros elementos que afetam o desempenho do estudante.

Fonte: elaborada pela autora com base no Manual dos Indicadores de Qualidade, 2011.

2.5.2 Índice Geral de Cursos (IGC)

O IGC, instituído pela Portaria Normativa nº 12/2008, é considerado um indicador de qualidade de instituições de educação superior e assume como objetos de estudos os cursos de graduação e de pós-graduação. Assim, o IGC, segundo a Portaria Normativa nº 40/2007 deve ser calculado anualmente, considerando os componentes do quadro 6:

Quadro 6 – Componentes do Indicador de Qualidade IGC

Componente	Origem dos Insumos para Geração de Medidas
<p>Conceito Médio de Graduação (<i>Gies</i>)</p> $G_{ies} = \sum_{i=1}^n CPC_i \phi_i$	<p>O conceito médio da graduação é uma média ponderada dos Conceitos Preliminares dos Cursos (CPC), atribuídos a cada curso de graduação da instituição. O fator de ponderação é o número relativo de matrículas do curso e o CPC, que é um número entre 1 e 5, calculado a partir do desempenho dos alunos no ENADE, da qualidade do corpo docente e da infraestrutura da instituição.</p> <p>$CPC_i \phi_i$ = É a ponderação oriunda do: CPC da IES multiplicado pelo resultado obtido em (número total de matrículas na Unidade da IES nos respectivos anos de cálculo do CPC dividido por número total de matrículas dos cursos de graduação da IES com o CPC do triênio).</p>
<p>Conceito Médio de Mestrado (<i>Mies</i>)</p> $M_{ies} = \sum_{j=1}^m M_j \theta_j$	<p>O conceito médio de mestrado é obtido a partir da média ponderada das notas dadas pela CAPES aos programas de mestrado da instituição. O fator de ponderação é o número relativo de matrículas no programa. São considerados apenas os programas com nota igual ou superior a 3 e as notas dos programas superiores a 5 são reduzidas a 5.</p> <p>M_j = nota dos estudantes de Mestrado do programa de pós-graduação da IES.</p> <p>θ_j = é o resultado de: número de matrículas de Mestrado no programa de pós-graduação da IES dividido pelo número total de matrículas de Mestrado nos programas da IES com nota Capes. São considerados apenas os programas com conceito maior igual a 3.</p>
<p>Conceito Médio de Doutorado (<i>Dies</i>)</p> $D_{ies} = \sum_{j=1}^h D_j \gamma_j$	<p>O conceito médio de doutorado é obtido a partir da média ponderada das notas dadas pela CAPES aos programas de doutorado da instituição. O fator de ponderação também é o número relativo de matrículas no programa. São considerados apenas os programas com nota igual ou superior a 3 e as notas dos programas superiores a 5 são reduzidas a 5.</p> <p>D_j = nota dos estudantes de Doutorado do programa de pós-graduação da IES;</p> <p>γ_j = é o resultado de: número de matrículas de Doutorado no programa de pós da IES dividido pelo número total de matrículas de Doutorado nos programas da IES que receberam a nota Capes.</p>

Fonte: Manual de Indicadores de Qualidade, INEP/2011.

Considerando ainda a composição do IGC, alguns aspectos são analisados, conforme relacionados a seguir:

- a) média dos últimos CPCs disponíveis dos cursos avaliados da Instituição no ano do cálculo e nos dois anteriores;
- b) média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* atribuídos pela Capes na última avaliação trienal; e
- c) distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação *stricto sensu*.

No que se refere à graduação, é utilizado o CPC e, no que se refere à pós-graduação, é utilizada a Nota Capes. O resultado final está em valores contínuos e em faixas (de 1 a 5), conforme quadro 7.

Quadro 7 - Distribuição dos conceitos IGC

IGC (Faixa)	IGCies (Valor Contínuo)
1	$0 \leq IGCies < 0,945$
2	$0,945 \leq IGCies < 1,945$
3	$1,945 \leq IGCies < 2,945$
4	$2,945 \leq IGCies < 3,945$
5	$3,945 \leq IGCies \leq 5$

Fonte: Manual de Indicadores de Qualidade, INEP/2011.

O INEP/MEC define através do Manual de Indicadores de Qualidade 2011, o IGC como uma média ponderada dos conceitos dos cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* da instituição (conversão dos conceitos fixados pela Capes). Com base na Nota Técnica INEP/2010, o IGC servirá como orientador das comissões de avaliação institucional.

Para Francisco (2013),

a IES não tem como objetivo final o IGC, apesar de termos ciência de que este é fundamental para a perenidade das atividades de ensino, focamos no processo de ensino aprendizagem a maior parte da energia, se este requisito, juntamente com a adequada titulação de professores, infraestrutura cumprimento de requisitos legais estiverem satisfeitos, uma boa nota será consequência.

Esse autor sugeriu esforços para compreender a estrutura do indicador. Constituem-se de práticas gerenciais aderentes a avaliação

institucional, através da constante socialização da estrutura do indicador, conforme quadro 8.

Quadro 8 - IGC como referencial de qualidade

Indicador	Proposições para o IGC
Índice Geral de Cursos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Socializar a estrutura do indicador e os impactos de sua variação na instituição. ▪ Constituir políticas de acompanhamento constante dos diversos conceitos e aspectos que compõem o IGC. ▪ Promover fóruns de discussões entre a gestão institucional e os responsáveis pelo controle do IGC, contando com a participação de acadêmicos e professores no sentido de compreender a estrutura do conceito. ▪ Envolver a gestão dos cursos no processo de controle e acompanhamento do IGC. ▪ Implantar mecanismos de controle a evasão e a ociosidade. ▪ Inserir a CPA no processo de discussão sobre a estrutura do conceito.

Fonte: Francisco (2013, p. 30).

2.5.3 Conceito do ENADE

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes foi criado pela Lei Federal nº 10.861/2004 e apresenta realização anual, com um ciclo de avaliações de cada curso de graduação a cada três anos, segundo Bittencourt *et al* (2009). Ao início e ao final dos cursos de graduação, os alunos são selecionados por amostragem para a avaliação do ENADE. Esse exame é considerado o mais evidenciado dos elementos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Para o Manual de Indicadores de Qualidade 2011 INEP/MEC, o conceito ENADE, apresenta-se também por faixas entre 1 a 5 e notas contínuas, conforme quadro 9.

Quadro 9 – Distribuição do Conceito Enade

Conceito Enade (Faixa)	NCi (Contínua)
1	$0 \leq NCi < 0,945$
2	$0,945 \leq NCi < 1,945$
3	$1,945 \leq NCi < 2,945$
4	$2,945 \leq NCi < 3,945$
5	$3,945 \leq NCi \leq 5$

Fonte: Manual de Indicadores de Qualidade, INEP/2011.

2.5.4 Desempenho Educacional – Metodologia TCU

Os indicadores definidos pela Decisão Normativa do TCU nº 408/2002, são considerados indicadores de desempenho para as instituições federais de ensino superior. Esses indicadores fazem parte do processo de análise e fiscalização dos gastos e das ações, bem como parte integrante dos Relatórios Anuais de Prestações de Contas na forma de Relatórios de Gestão das IFES, conforme quadro 10.

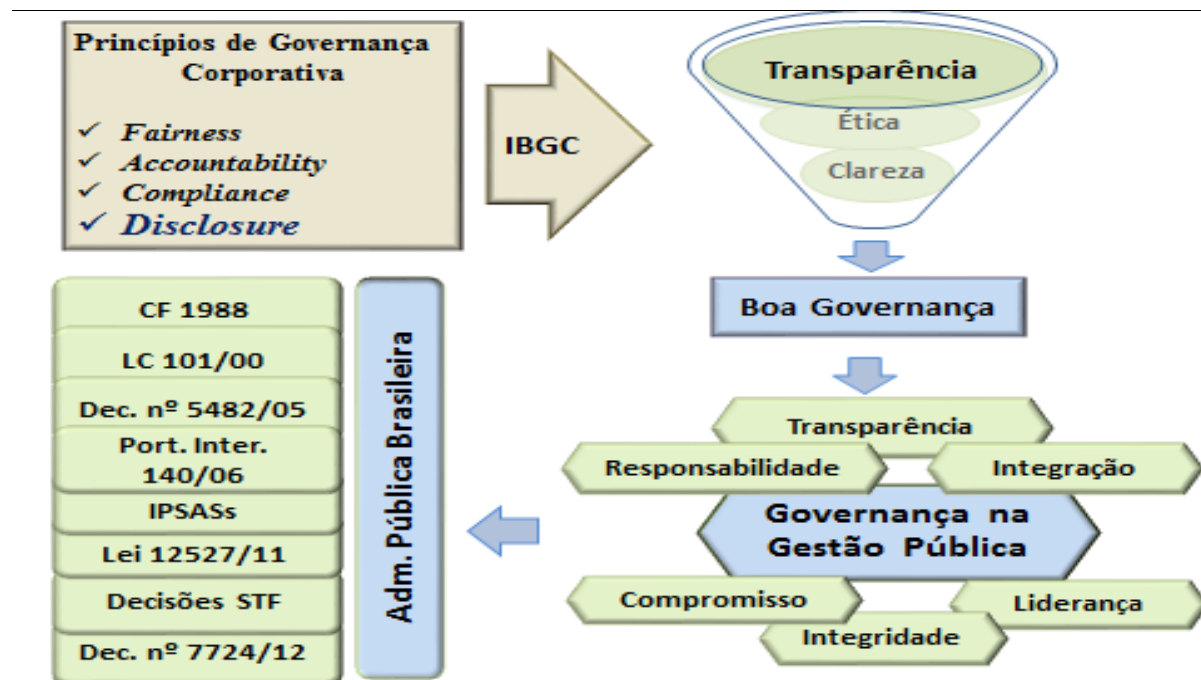
Quadro 10 – Descrição dos Indicadores de Desempenho Educacional

Indicador	Descrição	Perspectiva
Aluno tempo integral por funcionário equivalente	Relação entre a quantidade de alunos com dedicação integral ao curso e funcionários.	Processos Finalísticos
Aluno tempo integral por professor equivalente	Relação entre a quantidade de alunos com dedicação integral ao curso e professores.	Processos Finalísticos
Conceito Capes/MEC para a pós-graduação	Relação entre o somatório do conceito de todos os programas de pós e o número de programas de pós ofertados pela instituição.	Processos Finalísticos
Custo corrente por aluno equivalente	Relação entre as despesas correntes do órgão universidade e o número de alunos equivalente	Orçamento e Finanças
Funcionário equivalente por professor equivalente	Relação entre total de funcionários/professores, equivalente à dedicação total ou não.	Processos Finalísticos
Grau de envolvimento discente com a pós-graduação	Relação entre o total de alunos matriculados na pós e a soma deste número com o total de alunos efetivamente matriculados na graduação.	Processos Finalísticos
Grau de participação estudantil	Relação entre o número de alunos da graduação em tempo integral e total de alunos efetivamente matriculados na graduação.	Cidadãos, Sociedade e Imagem
Índice de qualificação do corpo docente	São aplicados ao número de professores, pesos que variam de docentes doutores, mestres, com especialização e graduados.	Pessoas
Taxa de sucesso na graduação	Relação entre o número de diplomados e o número total de alunos ingressantes.	Processos Finalísticos

Fonte: www.tcu.gov.br/PortfolioIndicadores

Por fim, o capítulo intitulado referencial teórico apresentou algumas teorias que refletem a origem do *disclosure* desde a perspectiva da governança corporativa, da administração pública até a base para fundamentação das normas brasileiras sobre evidenciação, conforme resumidas numa visão geral segundo a figura 5.

Figura 5- Resumo do referencial teórico sobre evidenciação



Fonte: Elaborado pela autora com base no referencial teórico da pesquisa

Em resumo, a figura 5 apresenta o *disclosure* segundo as abordagens teóricas, com um valor e um princípio da governança corporativa. O IBGC regulamentou os quatro princípios como necessários e essenciais para o desempenho e alcance da boa governança das organizações. Esse processo se caracteriza com a definição da clareza, da ética e transparência do processo de gestão.

Todo esse processo fomentou a aplicação dos princípios de governança na gestão pública, onde se evidencia os preceitos de compromisso, integridade e liderança dos membros e de responsabilidade, integração e transparência institucional. Posteriormente, a administração pública brasileira, em especial a federal, veio regulamentando a obrigatoriedade da evidenciação dos atos, dos processos e dos resultados produzidos pelos gestores e pelas instituições públicas.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

O capítulo de métodos e procedimentos apresenta a forma de condução da pesquisa voltada para atingimento dos objetivos. Para tanto, apresenta o delineamento da pesquisa, as etapas, bem como os mecanismos de coleta e tratamento dos dados.

3.1 Delineamento da Pesquisa

Esta pesquisa, quanto à natureza, segundo Siena (2007) pelos fins a que se propôs, é classificada como aplicada, pois visa desenvolver conhecimentos práticos dirigidos à aplicação no solucionar de problemas específicos, neste caso, o perfil dos indicadores em *disclosure* sobre a gestão da Universidade Federal de Rondônia.

Quanto à forma de abordagem do problema, a pesquisa é quantitativa porque se utilizará da quantificação para coletar e tratar os dados por meio de técnicas estatísticas (SIENA, 2007). Em resumo, significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las, requerendo uso de recursos e de técnicas estatísticas.

Em relação aos objetivos, esta pesquisa se caracteriza em uma pesquisa descritiva, pois objetivou obter dados representativos de determinado fenômeno ou população ou estabelecer relações entre as variáveis (SIENA, 2007).

E, quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é bibliográfica e documental. Segundo Siena (2007, p.65) a pesquisa bibliográfica é [...] “desenvolvida a partir de material já publicado, em geral livros, artigos de periódicos e materiais disponibilizados na Internet”. Permite [...] “ao pesquisador a cobertura de amplo leque de acontecimentos e de grandes faixas territoriais”.

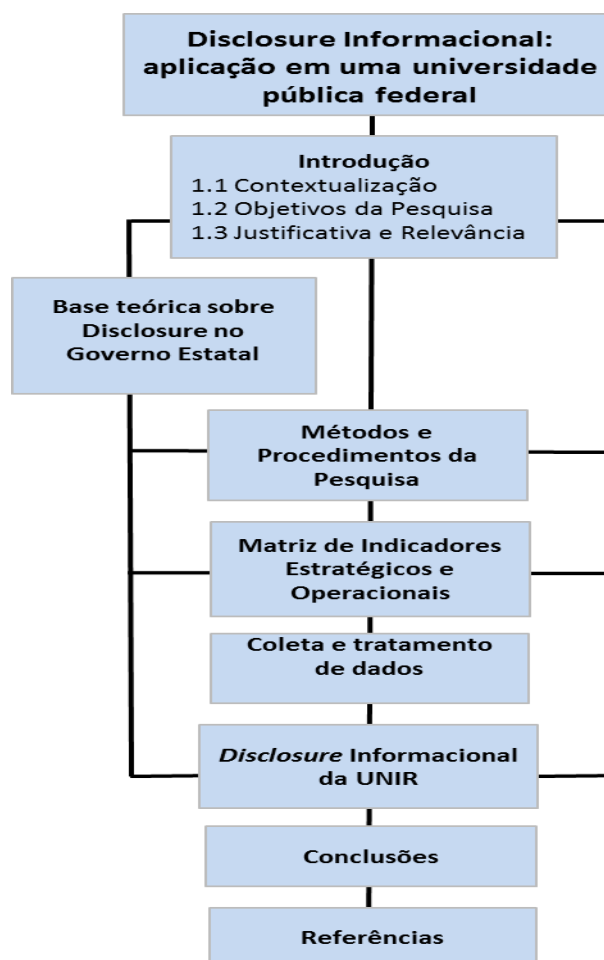
O estudo é documental em razão da utilização de materiais ainda não trabalhados, tais como banco de dados, documentos, registros e normas

internas da instituição a ser estudada, que segundo Flick (2009, p.234) “[...] devem ser vistos como forma de contextualização da informação [...] e analisados como dispositivos comunicativos metodologicamente desenvolvidos”. Já, para Oliveira (2007, p.70) [...] “o trabalho do pesquisador requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico”.

3.2 Etapas da Pesquisa

A pesquisa para atender os objetivos propostos, foi desenvolvida em três etapas que refletem a figura 6 e são descritas nos argumentos a seguir:

Figura 6 – Estrutura da Pesquisa



Fonte: elaborada pela autora

Etapa 1: Coleta e a seleção de referencial teórico a partir de materiais já publicados em livros, artigos de periódicos, dissertações e outros materiais disponibilizados na Internet, especificamente no tema de governança, *disclosure*, indicadores e atributos de qualidade.

Etapa 2: Identificação e levantamento de dados produzidos em documentos e em sites oficiais, coletando assim:

- a) Os indicadores operacionais de temática definida como Índice Geral de Cursos, apurados no site do INEP/MEC, analisados comparativamente limitando-se ao período de 2009 a 2011 para as Universidades Públicas Federais;
- b) Os indicadores operacionais de desempenho educacional e os estratégicos oriundos de políticas públicas educacionais apenas para Universidade Federal de Rondônia, analisados somente ao período de 2008 a 2012;
- c) Definição da matriz de indicadores para elaboração de análises.
- d) Definição da amostra a ser estudada, totalizando em 54 IFES com dados disponíveis para análise. Os indicadores de Índice Geral de Cursos, evidenciados até a data da pesquisa, se referiam apenas até 2011. Já em relação aos indicadores estratégicos e operacionais de desempenho educacional, a disponibilidade de dados abrange o período até 2012, porém não existindo indicadores de todas as universidades.
- e) Definição e aplicação da matriz qualificadora de atributos para os indicadores levantados, com o propósito de conhecer e compreender as habilidades de cada indicador.
- f) Aplicação de questionários para gestores responsáveis por unidades de 1º e 2º níveis de gestão na UNIR, a saber: Pró Reitores, Diretores de Núcleos, Diretores de Campus e Chefes de Departamentos. O objetivo foi conhecer a opinião sobre o nível de importância dos indicadores produzidos e divulgados periodicamente.

Etapa 3: Esta última etapa reflete a análise dos dados já levantados em sites de *disclosure* estatais, nas entrevistas e nas qualificações através dos atributos qualitativos, bem como a apresentação das conclusões obtidas com os resultados da pesquisa.

3.3 Coleta e Tratamentos dos Dados

Da Coleta dos Dados:

- Os dados coletados são de tipologia primária e secundária, levantados diretamente na bibliografia disponível nos registros documentais e normativos institucionais da Universidade Federal de Rondônia, no site do Ministério da Educação e em relatórios emitidos pelo Tribunal de Contas da União, visando compor matriz de indicadores estratégicos e operacionais.

O método de coleta de dados foi através de levantamento em base de dados de transparências públicas e tabulados em planilhas de Excel, perfazendo 31 (trinta e um) indicadores através do *disclosure*.

- O levantamento e a definição da amostra tomou como base a totalidade de informações disponíveis em sites de transparência. Identificou-se uma totalidade 55 IFES com dados referentes ao censo da educação, porém foi excluída a Universidade Federal do Oeste do Pará por conter dados apenas para o ano de 2011.

- As IFES foram agrupadas e tabuladas por regiões, de forma a comparar o desempenho médio regional, através dos indicadores, em especial os da Região Norte com as demais. Os conceitos divulgados através do IGC de cada IFES foram utilizados para composição de média simples de cada região em que a universidade está inserida.

- Os indicadores coletados foram separados de forma a identificar as fontes de evidenciação e criando agrupamentos por tipos ou natureza do indicador: estratégico ou operacional. Os indicadores coletados regionais foram calculados a partir da média das instituições componentes de cada região. Em complementação a forma de coleta dos indicadores, definiu-se a

classificação por natureza temática, a exemplo: graduação, pós-graduação, pesquisa, educação à distância, gestão de pessoas, políticas, dentre outras, conforme quadro 11.

Quadro 11 – Matriz de Indicadores Educacionais

Fonte de Disclosure	Tipo de Indicador	Temática	Indicador
INEP/MEC	Operacional	Índice Geral de Cursos	Conceito Médio de Graduação
			Conceito Médio de Mestrado
			Conceito Médio de Doutorado
			IGC Contínuo
			IGC Faixa
UNIR	Estratégico	Pesquisa	Bolsas PIBIC X efetivação pela UNIR
		Pós Graduação	Cursos de Pós <i>Stritu Sensu</i> ofertados
			Matriculados em Cursos de Pós. Presencial
	Graduação	Vagas em Cursos de Graduação Presencial	
		Cursos Ofertados em Graduação Presencial	
	Política Estudantil	Matrículas em Cursos a Distancia	
		Bolsas Transporte e Alimentação	
		Nº de Bolsas Permanência	
		Nº de Bolsas Estudante Indígena	
		Nº de Bolsas PIBEX e PROEXT efetivadas	
		Matrículas em Cursos Presenciais	
		Docentes em Cursos Presenciais	
	Operacional	Ingressantes em Cursos Presenciais	
Concluintes em Cursos de Presenciais			
Portal Transparência		Desempenho Educacional	Grau de Participação Estudantil (GPE)
			Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)
			Conceito Capes/MEC para a Pós Graduação
			Índice Qualificação do Corpo Docente
			Taxas de Sucesso da Graduação (TSG)
	Estratégico		Custo Corrente/Aluno Equivalente
			Aluno Tempo Integral/Professor
			Aluno Tempo Integral/Técnico
			Funcionário/Professor
UNIR	Operacional	Gestão de Pessoal	Estagiários de Graduação x Área Meio
	Estratégico	Política Educ.	Nº de Servidores à disposição na área meio
			Servidores Capacitados

Fonte: elaborado pela autora com base nos portais da transparência, do Inep e UNIR.

- Os indicadores das IFES localizadas na Região Norte foram tabulados de forma individualizada, buscando conhecer comparativamente a *performance* dos resultados apresentados pela Universidade Federal de Rondônia frente as demais componentes da região.

- A totalidade de IFES com indicadores pesquisados para o período de 2009 a 2011 foi de: Região Norte com 8 IFES, Região Sul com 9 IFES,

Região Sudeste com 19 IFES, Região Nordeste com 14 IFES e Região Centro Oeste com 4 IFES.

- Elaboração de questionário com 29 questões fechadas, através da escala ordinal tipo *Likert*, onde cada gestor se manifestou em relação ao nível de importância dos indicadores de desempenho institucional. Os respondentes foram definidos como gestores na Universidade Federal de Rondônia. Foi utilizada a remessa do questionário para os e-mails institucionais, utilizando também a ferramenta de Google Docs. Os níveis gerenciais abrangidos foram os gestores denominados Pró Reitores, Diretores de Campus e Chefes de Departamentos.

Da Análise dos Dados

- A análise dos dados foi realizada utilizando a matriz de indicadores produzida a partir do banco de dados de transparência e tabulados em planilha de Excel. A análise se exteriorizou na forma de gráficos e análises circunstanciadas de acordo com as concepções da autora e as abordagens teóricas levantadas na pesquisa. Foram considerados na análise a origem, o objetivo, o tipo e os usuários do indicador divulgado.

- Outro método utilizado para análise dos dados foi o de construir uma matriz para qualificação dos indicadores quanto os atributos fundamentais e os atributos de melhoria da informação. Utilizou-se também a forma de planilha gráfica como suporte e apresentando uma estrutura definida a partir dos conceitos abordados sobre características qualitativas, permitindo analisar cada indicador sob a abordagem dos sete atributos de qualidade. A qualificação utilizou como metodologia, a classificação de atributos de qualidade da informação, baseada no Pronunciamento Contábil Básico (2011). Os resultados foram analisados considerando o peso obtido por cada indicador segundo a percepção da pesquisadora e as abordagens teóricas constantes do referencial. Em complemento as análises dos indicadores, consideramos ainda a importância atribuída pelos gestores da Universidade Federal de Rondônia, a partir de uma escala *likert*.

- Os critérios utilizados para a definição dos indicadores institucionais em estratégicos e operacionais tomaram como base a referência

teórica de Kaplan & Norton (2000) e do Mapa Estratégico do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação 2010-2015, apresentada na pesquisa.

Dessa forma, os indicadores operacionais levantados apresentam relação com a satisfação dos usuários do segmento educação superior, e com a capacidade das universidades federais, melhorarem o aprendizado, seus processos internos e o desempenho institucional, ou seja, produtividade e eficiência na condução das suas operações. Já os indicadores estratégicos observados estão relacionados aos objetivos das políticas públicas em educação superior, bem como para a perenidade da instituição, através da condução aos resultados almejados.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os indicadores obtidos em fontes de *disclosure*, bem como as análises realizadas a partir dos resultados auferidos nas comparações e nos questionários.

Os indicadores utilizados na pesquisa, referentes ao de desempenho das atividades meio e finalísticas em educação, estão consolidados numa matriz, conforme evidenciados no quadro 11. Os indicadores estão distribuídos por fontes de *disclosure*, por tipo de indicador, por natureza da temática, possibilitando uma visão geral e auxiliar na análise da *performance*.

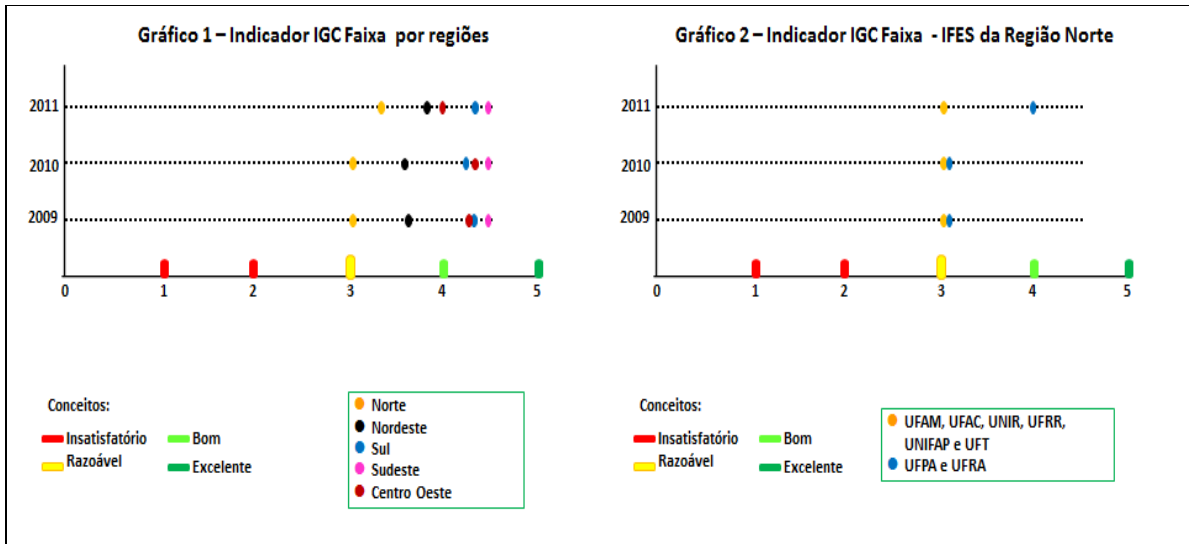
4.1 Indicadores de Desempenho de IGC

O total de IFES apuradas na amostra foi agrupado por regiões, de forma a comparar o desempenho médio regional, em especial o da Região Norte com as demais. Analisou-se ainda, os indicadores das IFES localizadas na Região Norte de forma individualizada e comparativamente com o desempenho da Fundação Universidade Federal de Rondônia.

Os indicadores disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP possuem objetivo de avaliar o desempenho e a qualidade dos cursos de ensino superior de graduação e pós-graduação.

Com base no gráfico 1, o desempenho da Região Norte, perante o IGC Faixa é considerado “razoável” no período de 2009 a 2011. O indicador se apresenta como referencial de qualidade dos cursos avaliados, considerando a média das notas atribuídas pelo desempenho dos estudantes, pela infraestrutura e organização didático-pedagógica da instituição, e pelo corpo docente nos cursos de graduação e pós-graduação. Somente as regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste ofereceram índices considerados “bons a muito bons”.

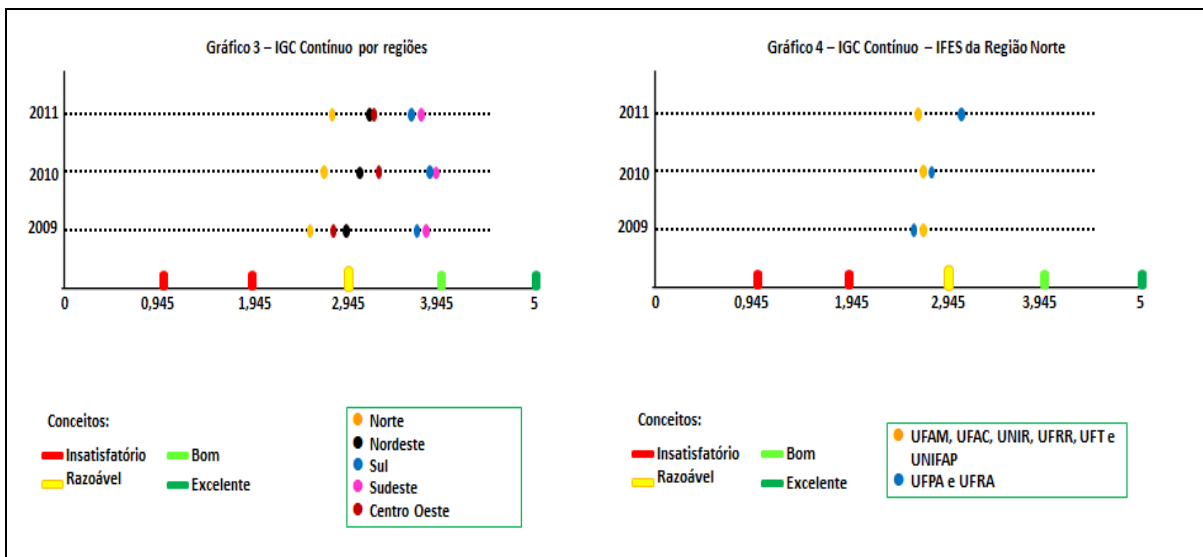
Gráficos 1 e 2 – Indicador IGC Faixa por regiões e por IFES



Fonte: elaborado com base nos indicadores coletados

O gráfico 2 apresenta o desempenho das IFES situadas na região Norte, perante o IGC Faixa do triênio 2009-2011. Verifica-se que a Universidade Federal de Rondônia apresenta conceito, também compartilhado pela maioria das IFES da região Norte, “razoável”. Esse conceito representado pela faixa 3, reflete que as instituições federais de ensino superior ofertam o básico para o funcionamento dos diversos cursos analisados pela Capes, considerando as perspectivas citadas no parágrafo anterior.

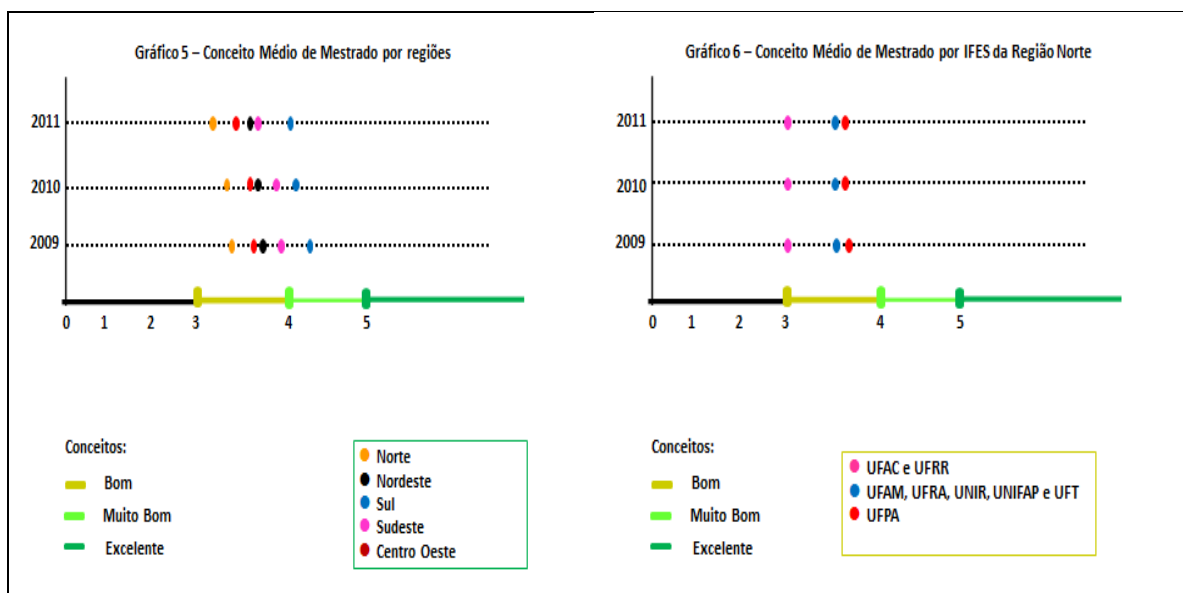
Gráficos 3 e 4 – Indicador IGC Contínuo por regiões e por IFES



Fonte: elaborado com base nos indicadores coletados

O conceito médio IGC Contínuo no período de 2009 a 2011 no gráfico 3, reflete que a Região Norte pois um conceito aquém do “razoável”. O conceito para as IFES da região reflete que os recursos e a estrutura de funcionamento dos cursos requer certa adequação para o mínimo exigível para oferta de cursos. As demais regiões brasileiras apresentam resultados variando de razoável a bom, quanto aos cursos de graduação.

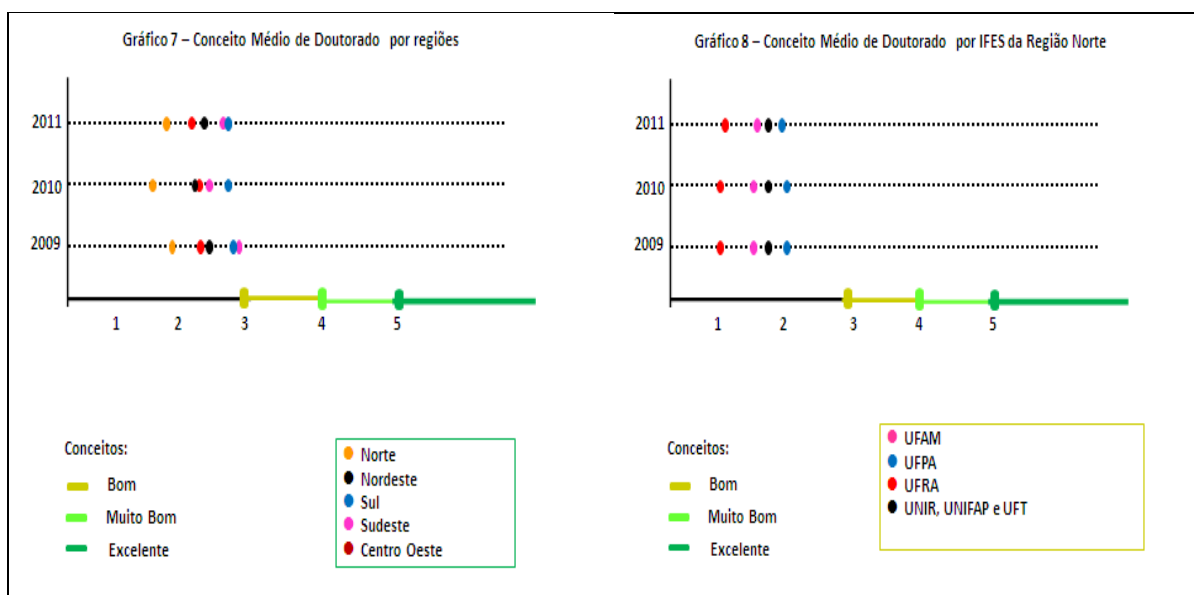
Gráficos 5 e 6 – Conceito Médio de Mestrado por regiões e por IFES



Fonte: elaborado com base nos indicadores coletados

Em relação ao conceito médio de mestrado, evidenciado no gráfico 5, os cursos das instituições localizadas na região Sul demonstram conceito muito bom, enquanto as demais regiões são consideradas apenas “bons”. Quanto a Universidade Federal de Rondônia o conceito “bom” apresentou tendência de aumento para muito bom no triênio analisado. Conceito também verificado na maioria das universidades na Região Norte, conforme gráfico 6.

Gráficos 7 e 8 – Conceito Médio de Doutorado por regiões e por IFES



Fonte: elaborado com base nos indicadores coletados

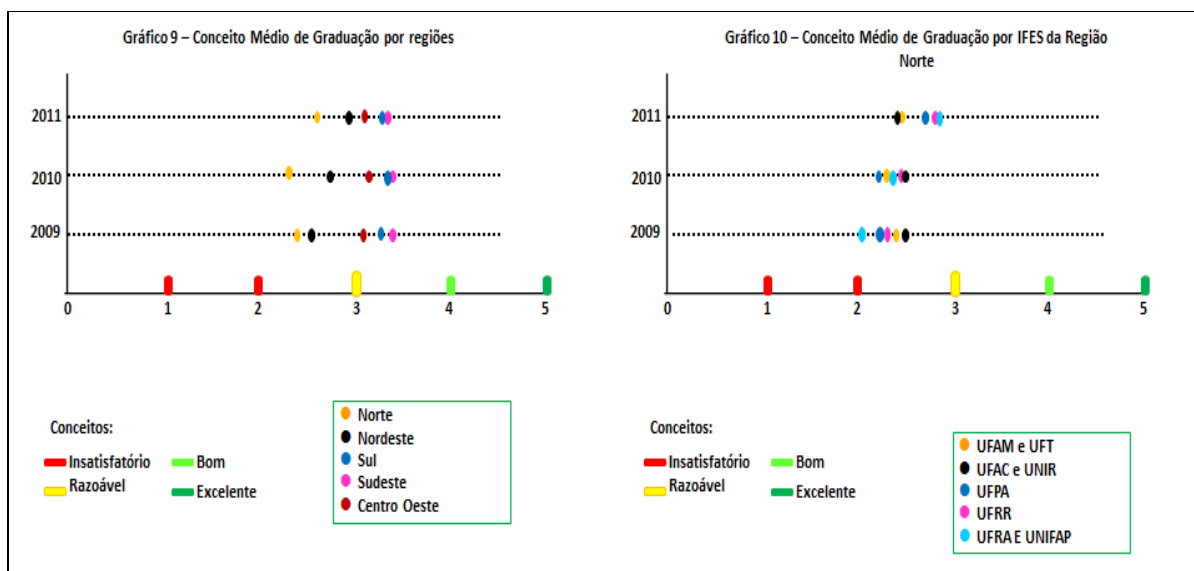
Em referência ao índice médio de cursos de doutorado por regiões, a média apresentada é aquém do conceito considerado bom. O conceito considera a nota Capes atribuída a cada programa, o número de matriculados no programa e em todos os programas avaliados pela Capes. Dessa forma, o conceito insuficiente tem alguma correlação à nota recebida a partir da avaliação Capes e da quantidade de alunos por programa. A região Sul apresentou maiores indicadores para as Universidades Federais do Rio Grande do Sul, Santa Maria e Santa Catarina, variando entre 3 e 4 como conceitos médios de todos os cursos avaliados naquelas instituições, porém as demais IFES apontaram números inferiores 3, trazendo a média para baixo.

Conforme gráfico 8, apenas seis Universidades Federais da Região Norte possuem cursos de doutorado ou que possuem programas com nota mínima exigida pela Capes para a formação desse conceito em estudo, estando com a média aquém do indicador considerado bom.

O conceito apresentado para Região Sul que pode ainda ser justificado pelos argumentos de Bittencourt *et al* (2009) que “para uma instituição de grande porte, com muitos cursos de graduação e vários programas de mestrado e doutorado, é bem mais complexo obter conceito máximo”.

Por fim, os gráficos 9 e 10 caracterizam o desempenho dos cursos de graduação, os quais levam em consideração a média ponderada dos Conceitos Preliminares dos Cursos (CPC).

Gráficos 9 e 10 – Conceito Médio de Graduação por regiões e por IFES



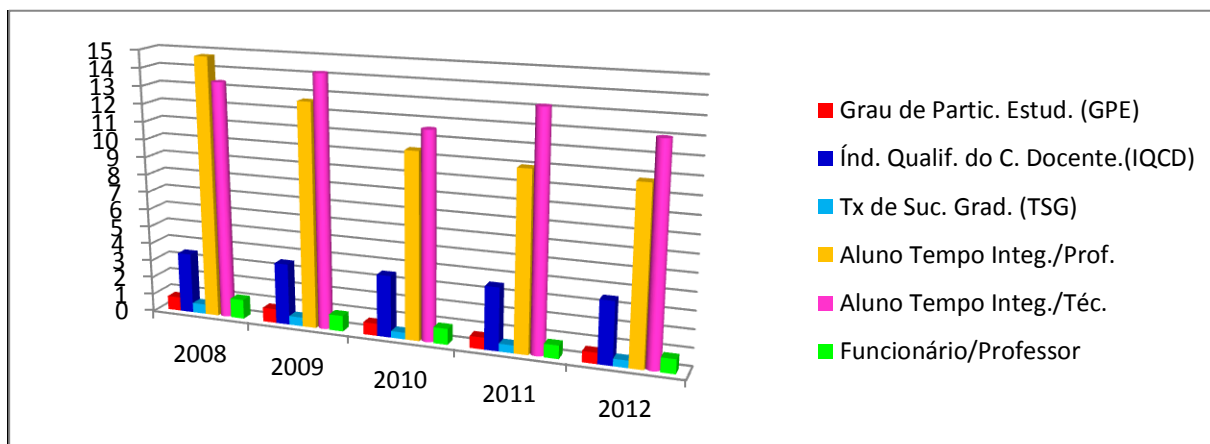
Fonte: elaborado com base nos indicadores coletados

As regiões Norte e Nordeste apresentam que o desempenho médio dos conceitos estão situados entre a média de “insatisfatório” com tendências a “razoável”, enquanto as demais estão entre razoável a bom no triênio.

A Universidade Federal de Rondônia assim como as demais IFES da região Norte refletem o desempenho negativo demonstrado no gráfico 9, sendo consequência do média de CPC da IFES e do número de matrículas em cursos de graduação avaliados pelo CPC.

4.2 Indicadores de Desempenho Educacional

Os indicadores de desempenho segundo o TCU são os demonstrados nos gráficos 11 a 13, os quais demonstram no interstício de 2008 a 2012, a *performance* da Universidade Federal de Rondônia.

Gráfico 11 – Desempenho Educacional da UNIR

Fonte: elaborado com base nos indicadores coletados

Em relação ao desempenho educacional da graduação podem-se identificar seis indicadores distintos.

O Grau de Participação Estudantil refere-se ao nível de utilização da capacidade instalada na instituição pelo alunado de graduação e também a velocidade de integralização curricular. Pode ser visualizada pela relação entre o número de alunos da graduação em tempo integral e total de alunos efetivamente matriculados na graduação, onde a UNIR apresentou pequenas reduções nesse índice, ocasionado certamente pelo acréscimo de um de seus componentes e o aumento do número de cursos de graduação proporcionado pelo Programa Reuni.

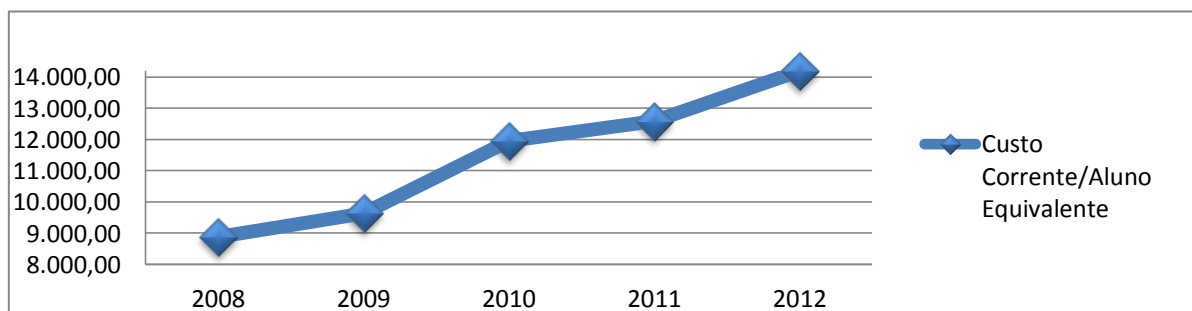
O Índice de Qualificação do Corpo Docente, segundo Menezes (2002) relaciona a qualidade do ensino de graduação e de pós-graduação com o volume de pesquisas desenvolvidas, sendo uma escala de variação de 1 a 5. A qualificação do corpo docente é verificada através do número de professores atribuindo-lhes peso entre 1 para Graduação até 5 para Doutorado. No caso da UNIR, o índice médio aparece acima de 3 com tendência a aproximar de 4 conforme o ano de 2012.

Em relação à Taxa de Sucesso da Graduação que refere a uma ponderação entre número de concluintes e o número de ingressantes, a Universidade Federal de Rondônia apresentou ao longo do quinquênio uma pequena redução desse indicador. Um fato que contribuiu foi o acréscimo de vagas e de novos cursos relatados nos *disclosures* da UNIR (2007-2012).

A relação entre a quantidade de alunos com dedicação integral ao curso e docentes, esteve reduzindo no período de 2008 a 2012, refletindo as informações contidas nos *disclosures* da UNIR (2007-2012) referentes à contratação de docentes não acompanhar o crescimento do número de cursos e de vagas na graduação. A relação dos alunos a servidores técnicos ofereceu variação estável no período de 2008 a 2010 e de redução no interstício de 2011 a 2012, relacionados também ao acréscimo de cursos e de vagas na graduação também tomando como base os relatórios disponibilizados pela UNIR.

E por fim, a relação servidor técnico e docente em 2008 era de 1,1 técnico para cada um docente, como reflexo do suporte operacional de atividades meios às atividades finalísticas da instituição. Em 2009 houve uma redução desse quociente, passando a um nível de estabilidade para uma relação menor do que 1,0.

Gráfico 12 – Desempenho do Custo Educacional da UNIR



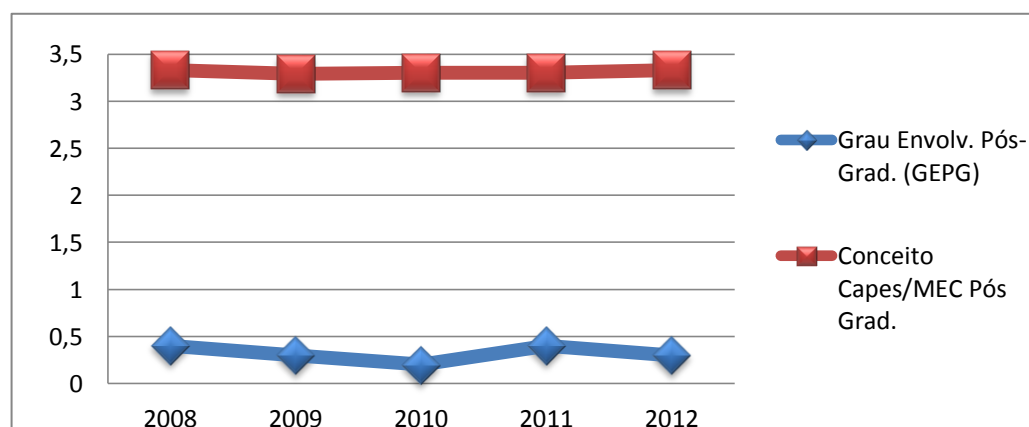
Fonte: elaborado com base nos indicadores coletados

Em referência ao gráfico 12, o custo corrente por aluno equivalente cresceu ao longo no triênio estudado. O indicador em crescimento está relacionado ao custo decorrente das novas contratações de docentes por criação de novos cursos e/ou vagas, bem como dos ajustes de remunerações de servidores técnicos administrativos e docentes, conforme UNIR (2012). O indicador mede a relação entre despesas correntes da Universidade Federal e o número de alunos equivalentes, ou seja, os custos de manutenção proporcional por aluno. É interessante ressaltar que os gastos mencionados como causadores do acréscimo e elevação dos índices não são os únicos, pois

os gastos correntes envolvem outros considerados materiais e serviços necessários para a manutenção das atividades educacionais, bem como servidores aposentados e pensionistas.

Esse medidor de desempenho educacional pode ser considerado operacional e demonstra que essa correlação custo por aluno está vinculada a oferecer resultados menores somente se, houver aumento do quantitativo de alunos frente ao montante dos gastos cada vez mais onerosos. Porém, esse medidor poderia ser ainda maior se considerado outros gastos não classificados diretamente no orçamento da IFES. Entendemos que algumas rubricas de gastos inclusas no cálculo desse indicador devem ser excluídas, pois não oferecem relação direta com as ações de graduação, a exemplo de técnicos ou docentes aposentados.

Gráfico 13 – Desempenho Educacional da UNIR em Pós Graduação



Fonte: elaborado com base nos indicadores coletados

O Grau de Envolvimento em Pós Graduação representa a relação entre o total de alunos efetivamente vinculados a pós-graduação stricto sensu e a somatória deste número com o total de alunos efetivamente matriculados na graduação. Como a pesquisa é uma atividade fim da IFES, esse indicador de desempenho poderia ser considerado estratégico, porém reflete os esforços e o envolvimento da instituição em produção científica. No período quinquenal analisado foi demonstrado um conceito considerado “baixo”, conforme gráfico 13. Esse indicador “baixo” pode ser entendido como resultado da quantidade de alunos em cursos de pós-graduação ser proporcionalmente menor em relação ao quantitativo de alunos de graduação em diversos cursos

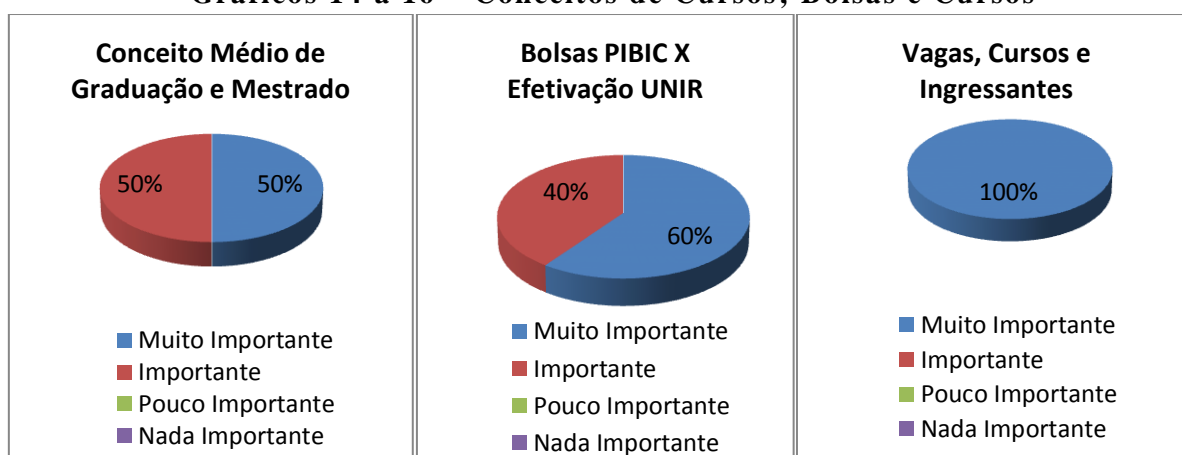
ofertados pela UNIR no período em análise.

Em relação ao Conceito Capes atribuído aos programas de pós-graduação, evidencia-se o quociente entre o somatório do conceito de todos os programas de pós-graduação e o número de programas de pós-graduação ofertados pela instituição. Segundo Menezes (2002), o conceito reflete uma escala de 1 a 7, através de um acompanhamento anual e de avaliação trienal. O desempenho apurado pela Universidade Federal de Rondônia é conforme o gráfico 13, de um conceito que representa pelo menos 50% da maior nota possivelmente atribuída aos cursos em avaliações da Capes.

4.3 Importância dos Indicadores na Perspectiva de Gestores

Os indicadores coletados sobre o desempenho da Universidade Federal de Rondônia foram enviados aos gestores da mesma, através de questionário em escala Likert. Foram realizadas 29 questões fechadas que resumem os indicadores levantados, conforme gráficos 14 a 26.

Gráficos 14 a 16 – Conceitos de Cursos; Bolsas e Cursos

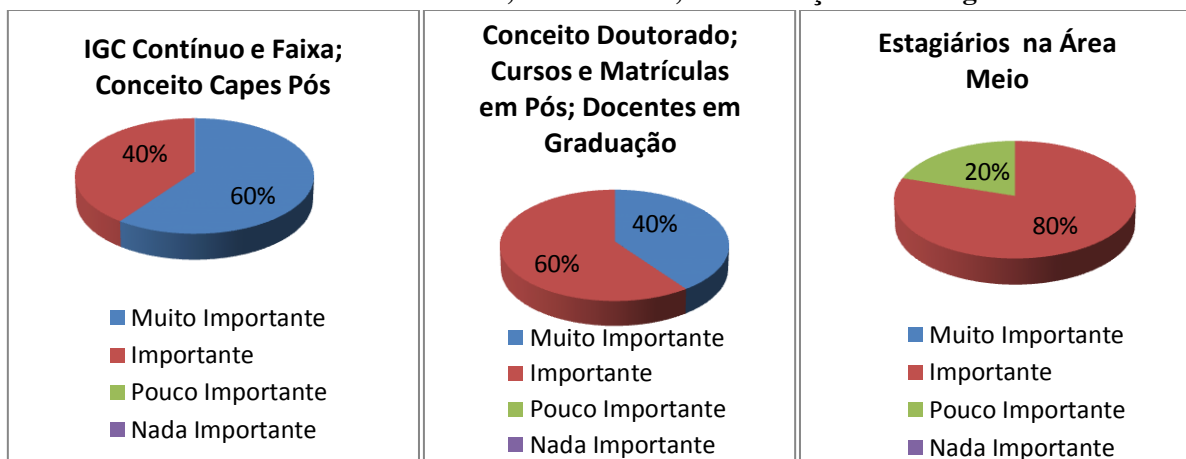


Fonte: Elaborado pela autora com base em dados apurados no questionário

Com base nos gráficos 14 a 16 é possível verificar que para 50% dos gestores, o conhecimento sobre os indicadores que refletem a avaliação dos cursos de graduação e mestrado são considerados muito importantes. Sobre a importância do quantitativo de bolsas ofertadas para desenvolvimento de pesquisas e para manutenção e subsistência do acadêmico na graduação é

considerada como muito importante para 60% dos respondentes. E em relação ao número de vagas e de cursos ofertados e de ingressantes por cursos de graduação são considerados como muito importantes para todos os gestores respondentes.

Gráficos 17 a 19 – IGC; Conceitos; Graduação e Estagiários



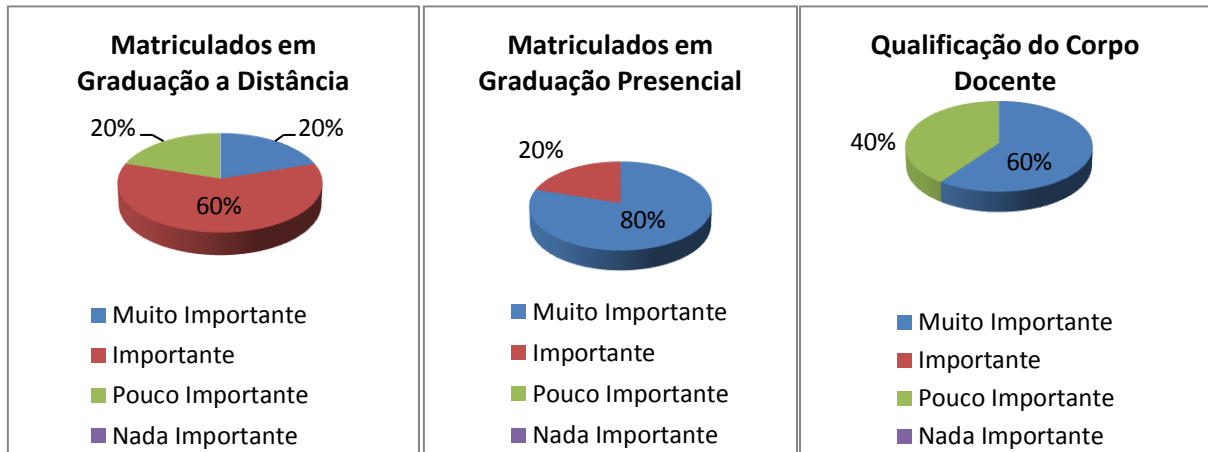
Fonte: Elaborado pela autora com base em dados apurados no questionário

Sobre os índices gerais que refletem o conceito sobre desempenho dos cursos de graduação e o conceito atribuído aos cursos de pós-graduação da Universidade Federal de Rondônia apresentam-se como muito importantes para 60% dos gestores, conforme gráfico 17.

Quanto ao número de cursos e de matrículas de programas de pós, bem como o quantitativo de docentes atuantes em graduação e conceito médio de doutorado são figurados muito importantes apenas para 40% dos gestores.

Já em relação ao quantitativo de estagiários atuantes em áreas meio da Universidade Federal de Rondônia, reflete para os questionados um nível de importância de 80% e de 20% como pouco importantes.

Gráficos 20 a 22 – Matrículas em Graduação; Qualificação Docente

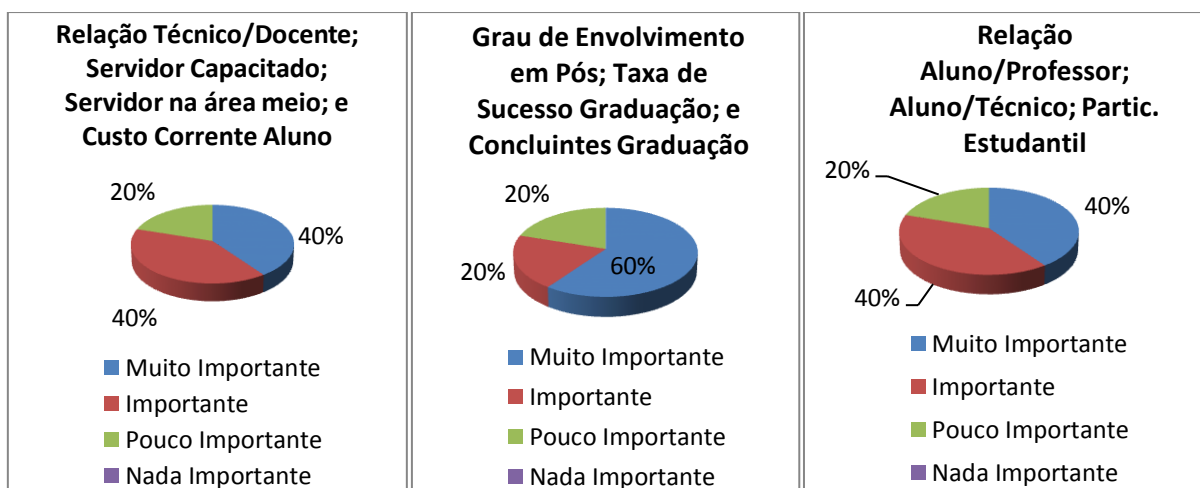


Fonte: Elaborado pela autora com base em dados apurados no questionário

Para os respondentes, 20% consideram como muito importante e 60% julgam pouco importante o indicador que reflete o número de matriculados em cursos de graduação à distância, conforme gráfico 20. Os matriculados em cursos de graduação presencial representam uma informação muito importante para 80% dos gestores.

Quanto ao índice de qualificação do corpo docente da UNIR, evidencia que é considerado muito importante para 60% dos inqueridos e de 40% como uma informação de pouca importância para a IFES, evidenciado no gráfico 24.

Gráficos 23 a 25 – Relação Técnico/Docente; Servidor Capacitado e Área Meio; Custo Corrente/Aluno; Grau de Envolvimento em Pós; Taxa de Sucesso; Concluintes; Relação Aluno/Professor; Aluno/Técnico; Participação Estudantil



Fonte: Elaborado pela autora com base em dados apurados no questionário

A relação proporcional de técnico por docente, o número de servidores capacitados através da utilização de recursos orçamentários, número de servidores atuantes na área administrativa da Universidade e o custo corrente por aluno de graduação e pós-graduação, representam a proporção de 40% como muito importantes, 40% importantes e de 20% com pouca importância.

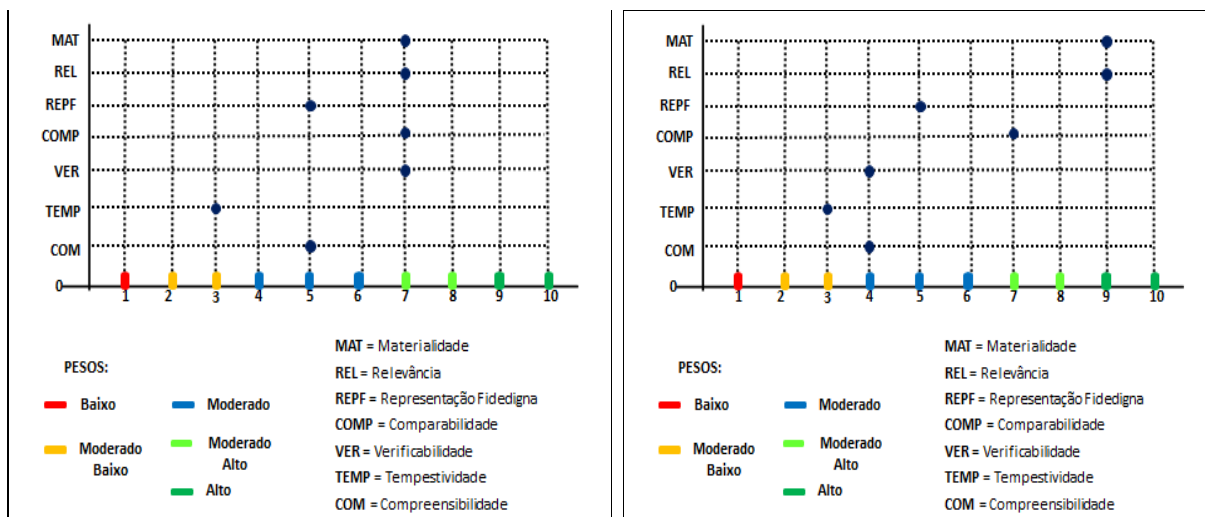
O objetivo fim dos cursos de mestrado e doutorado, a pesquisa, é medida pelo grau de envolvimento em pós-graduação. Esse conceito é considerado por 60% dos gestores como muito importante, e como pouco importante para 20%. Quanto ao indicador que reflete o desempenho das instituições frente aos cursos de graduação na relação de concluintes X ingressantes são também considerados no mesmo patamar de importância.

Na correlação aluno por professor, aluno por servidor técnico e a participação estudantil representam pouca importância para 20% dos respondentes, e de 40% como importantes e muito importantes para os gestores da Fundação Universidade Federal de Rondônia.

4.4 Qualificação de Indicadores da Instituição Pesquisa

Os atributos definidos pelo Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - CPC/IASB (2011) foram utilizados para a formulação da matriz qualificadora de indicadores, tendo como metodologia os aspectos qualitativos fundamentais e qualitativos de melhoria da informação, conforme demonstrado nos gráficos 26 a 44. O propósito foi o de identificar qualidades fundamentais e de melhoria do produto (informação) gerada por cada indicador levantado, conforme a percepção da pesquisadora dentro da escala variando de baixo a alto, conforme apêndices B.

Gráfico 26 – Conceitos Médios de Graduação e Pós
Gráfico 27 – IGC Contínuo e Faixa

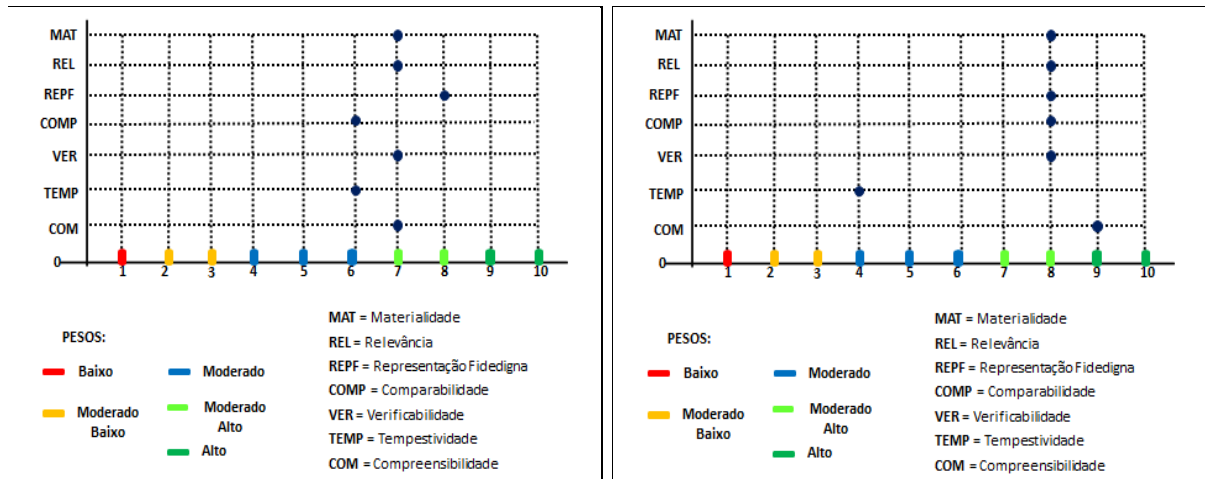


Fonte: Elaborado pela autora com base na matriz de qualificação

Os indicadores de conceituação dos cursos de graduação, mestrado e doutorado oferecem nos aspectos de materialidade, relevância, comparabilidade e verificabilidade julgados num grau moderado alto como aspectos fundamentais e de melhoria da informação apresentada pelos mesmos. Porém, verifica-se que é moderado baixo o aspecto da tempestividade da informação, certamente em razão do tempo despendido pelo INEP para evidenciação do indicador.

Os indicadores que refletem o IGC Contínuo e por Faixa apresentam como aspectos qualificadores altíssima materialidade e relevância para o processo decisório na Universidade Federal de Rondônia. Refletem ainda moderada representação fidedigna, verificabilidade e compreensibilidade. Tal fato está relacionado aos indicadores não refletirem fortemente o desempenho e a realidade verificada pelos cursos da UNIR. Outro aspecto importante é a metodologia de cálculos desses indicadores que apresentam grande complexidade quando se objetiva desenvolver a análise e a comparabilidade por parte dos usuários de tais informações. O aspecto da tempestividade também é preocupante considerando um grande interstício para divulgação da informação.

Gráfico 28 – Bolsas PIBIC
Gráfico 29 – Cursos de Pós

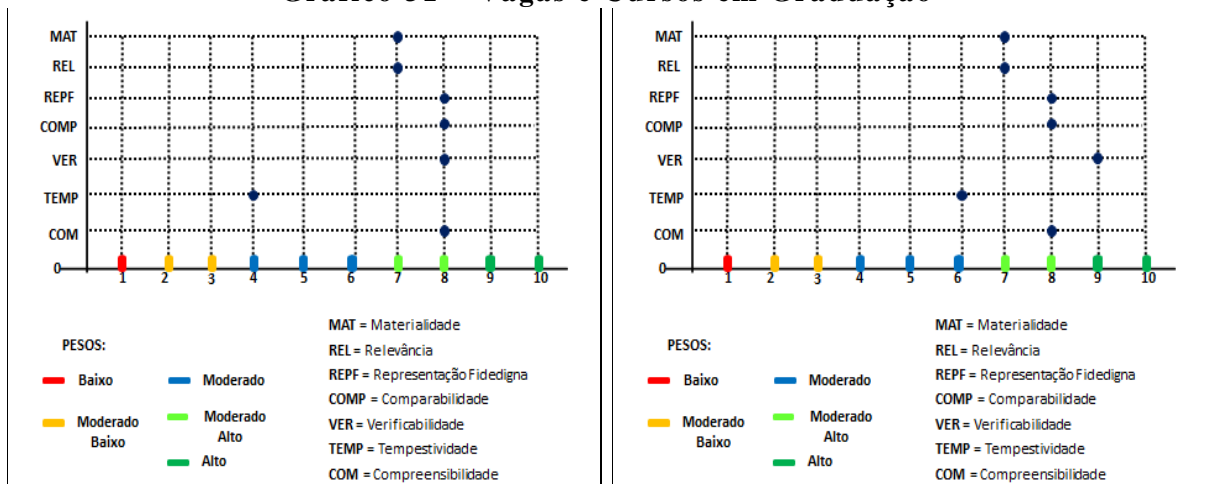


Fonte: Elaborado pela autora com base na matriz de qualificação

Informações referentes A bolsas ofertadas para programa de pesquisa apresentam atributos moderados altos quanto à materialidade, relevância, representação fidedigna, verificabilidade e compreensibilidade da informação. Já a tempestividade e a comparabilidade são prejudicadas pelo interstício para evidenciá-las, prejudicando também o aspecto da análise comparativa.

A oferta de cursos de pós-graduação pela UNIR, em termos quantitativos caracteriza uma informação dotada de altos níveis dos aspectos fundamentais e de melhoria necessários para ser considerada útil. Esse indicador apresenta um único aspecto negativo, o tempo de publicação que segue a conclusão do Relatório Sócio Ambiental da instituição.

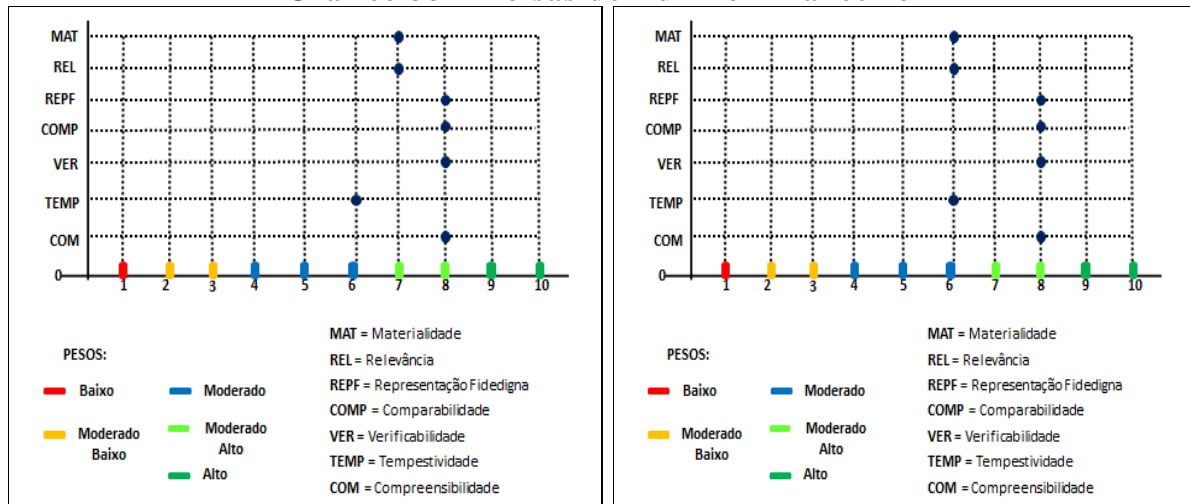
Gráfico 30 – Matrículas de Pós
Gráfico 31 – Vagas e Cursos em Graduação



Fonte: Elaborado pela autora com base na matriz de qualificação

Os indicadores de matrículas em cursos de pós-graduação, número de cursos e de vagas por cursos de graduação demonstram elevados patamares de atributos qualitativos, com exceção ao aspecto da tempestividade que está atrelado a elaboração e divulgação, numa média de três meses após o encerramento de cada exercício financeiro.

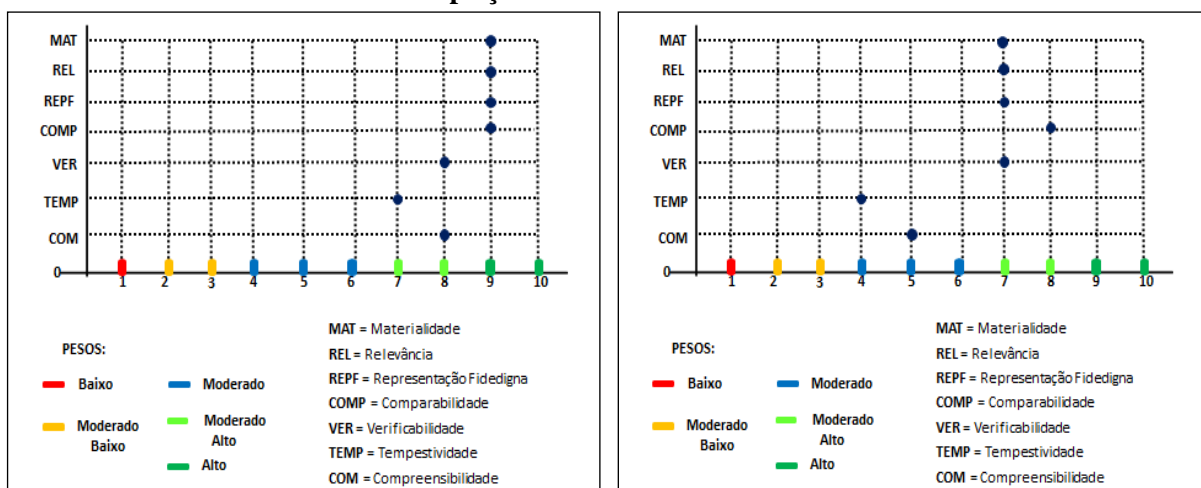
Gráfico 32 – Matriculados em Graduação a Distância
Gráfico 33 – Bolsas de Auxílio Financeiro



Fonte: Elaborado pela autora com base na matriz de qualificação

Quanto à informação pertinente a contagem de discentes matriculados em cursos de graduação à distância, bem como número de bolsas voltadas para a permanência e manutenção do acadêmico nos cursos, refletem graus moderados de atributos qualitativos, assim ratificando o fim a que se propõe.

Gráfico 34 – Ingressantes e de Concluintes da Graduação Presencial
Gráfico 35 – Grau de Participação Estudantil e Grau de Envolvimento em Pós

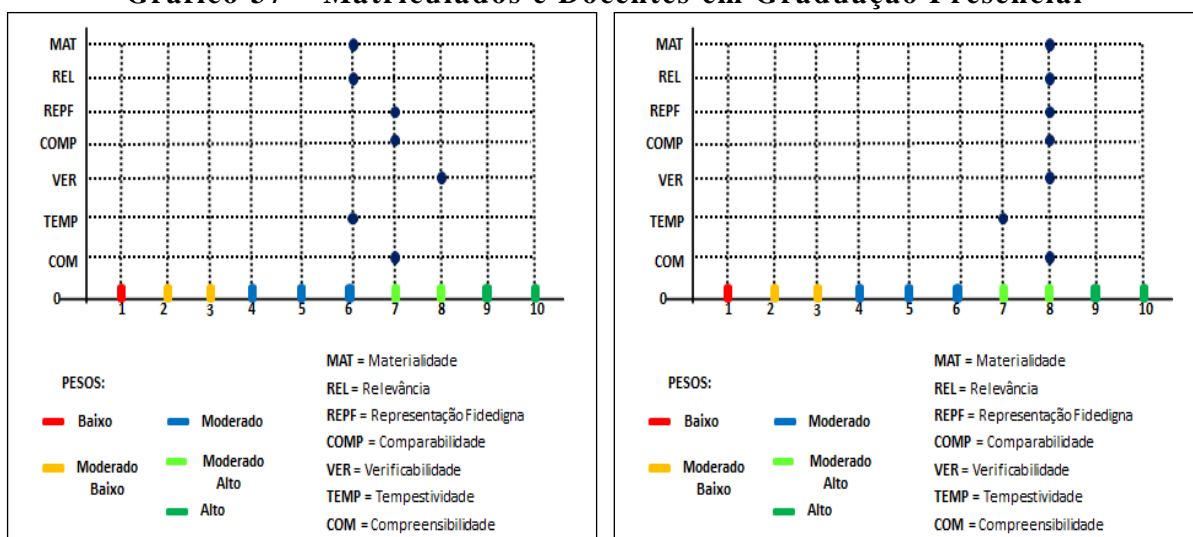


Fonte: Elaborado pela autora com base na matriz de qualificação

Os alunos ingressantes e os concluintes de cursos de graduação presencial em termos quantitativos refletem um indicador dotado de altos níveis de atributos qualitativos de informação, representando na totalidade uma informação considerada útil.

No que se refere aos graus de participação estudantil e de envolvimento com a pós-graduação também demonstram ser informações úteis, considerando que apontam índices moderados altos quanto aos requisitos fundamentais e de melhoria das habilidades do indicador. O indicador apresenta apenas como característica preocupante o aspecto temporal do *disclosure* da informação. O indicador apesar de ser elaborado pela própria Universidade, o mesmo só é evidenciado a partir do Relatório de Gestão Anual nos portais de transparências.

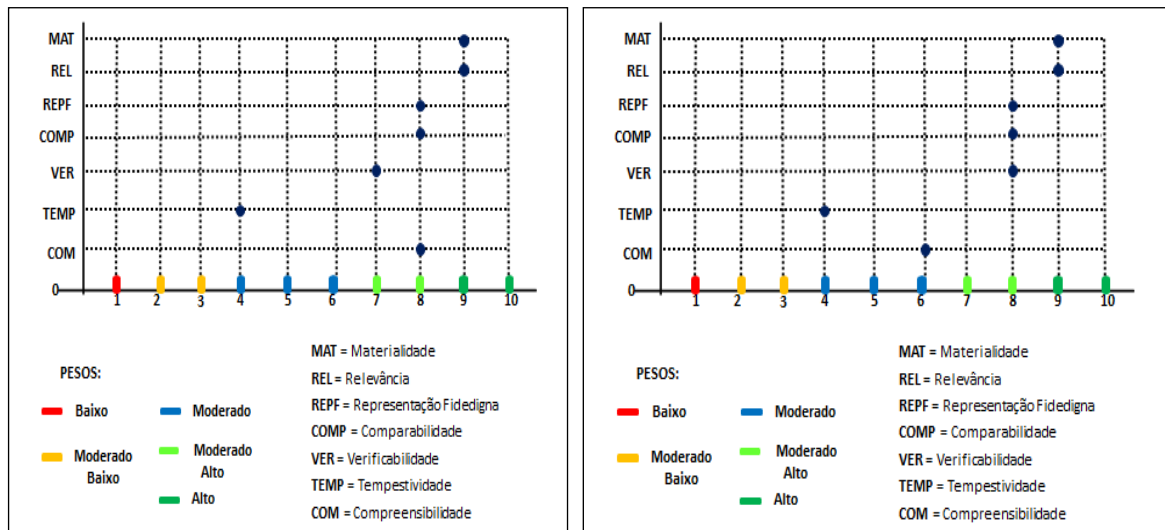
Gráfico 36 – Bolsas PIBEX e PROEXT
Gráfico 37 – Matriculados e Docentes em Graduação Presencial



Fonte: Elaborado pela autora com base na matriz de qualificação

O indicador referente ao volume de bolsas ofertadas nos programas PIBEX e PROEXT, bem como o número de alunos matriculados e de docentes atuantes nos cursos de graduação, demonstram graus moderados de atributos qualitativos, ratificando o fim a que se propõe ao gerar informações úteis.

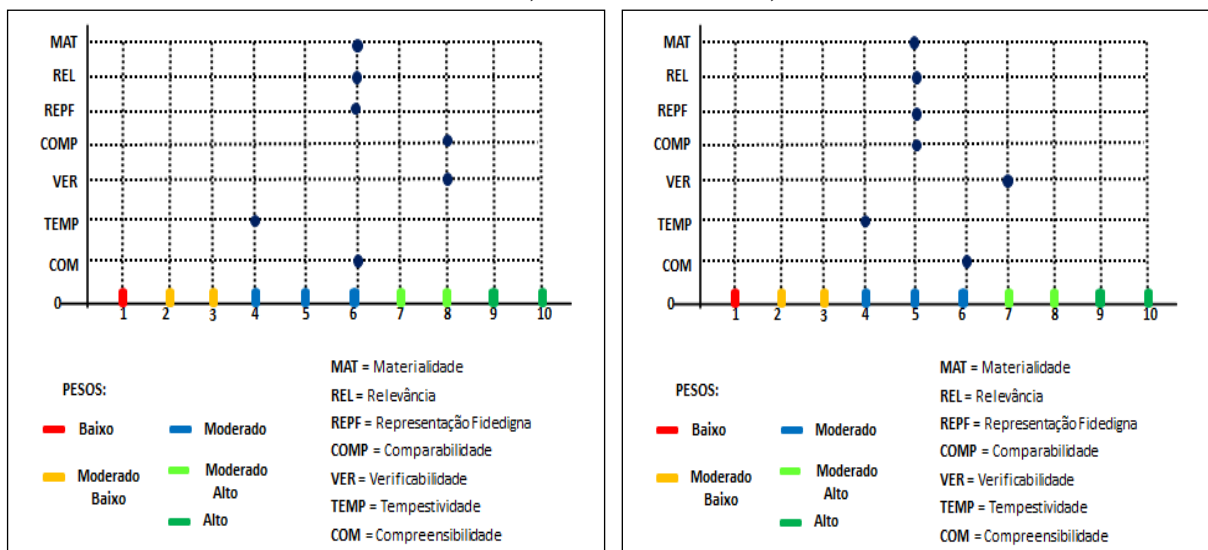
Gráfico 38 – Conceito Capes da Pós e Qualificação do Corpo Docente
Gráfico 39 – Taxa de Sucesso da Graduação



Fonte: Elaborado pela autora com base na matriz de qualificação

Em relação ao conceito Capes sobre o desempenho dos cursos de pós-graduação, ao índice de qualificação do corpo docente e ainda sobre a taxa de sucesso (concluintes x ingressantes) nos cursos de graduação presencial são ressaltados os níveis moderados e altos de qualificação informacional. Outro fator relevante, porém negativo é o atributo de tempestividade quanto a evidenciação desse indicador, visto está atrelada a disponibilização por órgãos externos à Universidade, a exemplo do INEP e TCU.

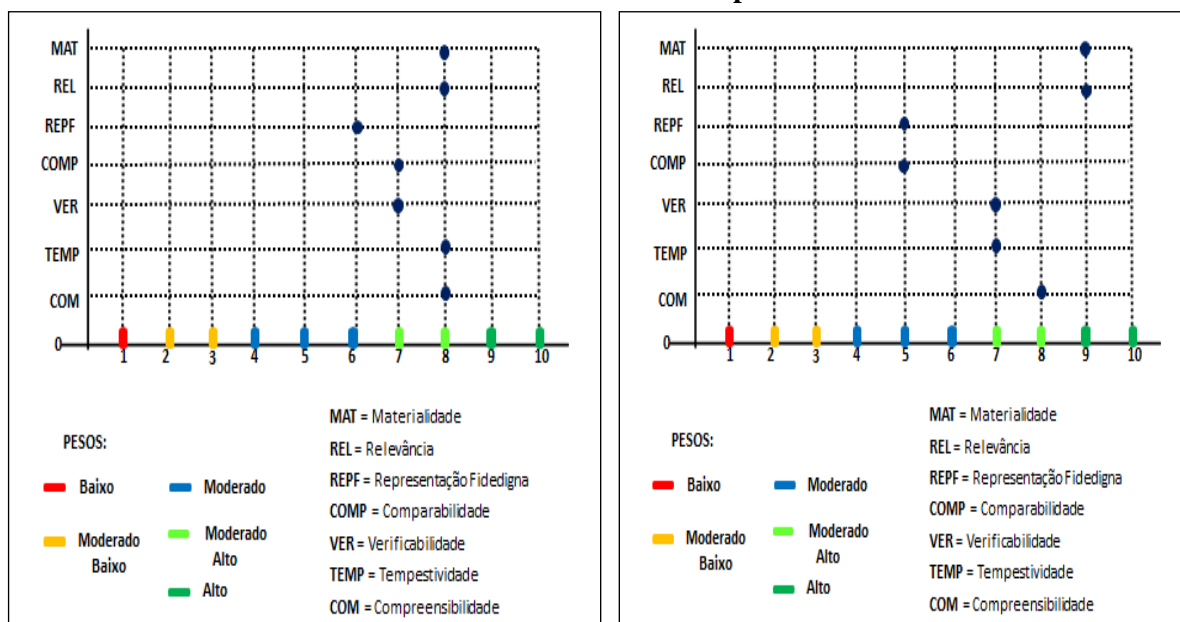
Gráfico 40 – Custo Corrente/Aluno Equivalente
Gráfico 41 – Aluno/Professor; Aluno/Técnico; Funcionário/Professor



Fonte: Elaborado pela autora com base na matriz de qualificação

O custo corrente por aluno equivalente, as relações aluno equivalente x professor, aluno equivalente x servidor técnico e funcionário x professor, também apresentam como fator preocupante a tempestividade da informação, enquanto aos demais aspectos, atendem em níveis moderados de atributos.

Gráfico 42 - Estagiários e Servidores na Área Meio
Gráfico 43 – Servidores Capacitados



Fonte: Elaborado pela autora com base na matriz de qualificação

Em relação ao quantitativo de estagiários e servidores atuantes em áreas meio da Instituição, bem como o número de servidores capacitados com recursos orçamentários demonstram que a informação gerada oferece níveis moderados a moderados altos de atributos, sendo, portanto considerada uma informação útil.

4.5 Percepção da Autora sobre *Disclosure* na Gestão Pública

O presente capítulo traz uma breve reflexão acerca dos conhecimentos agregados quanto ao referencial teórico estudado e aos resultados apurados na pesquisa empírica em *disclosure* e gestores da UNIR, conforme quadro 12.

Quadro 12 - Percepção da Autora sobre *Disclosure* na Gestão Pública

Na Teoria	Na Legislação	Na Prática
<ul style="list-style-type: none"> • Essencial para medir responsabilidade de gestores. Fundamental para a boa governança. • Disponibilizar informações seguras e completas. Reflete a confiança nas ações e no processo decisório, nivela a responsabilidade. • Obrigação de informar o produto das estratégias, políticas e processo. • Divulgação adequada, ou justa ou completa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Evidenciação complementar para compreensão da natureza da informação. • Ampla divulgação de diversas informações. • Base dos direitos de acesso à informação. • Transparência das políticas públicas como fator de credibilidade. • Transparência Ativa e Passiva. • Maior eficiência administrativa no atendimento aos cidadãos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Evidenciação de indicadores como cumprindo de obrigatoriedade. • <i>Disclosure</i> voluntário é pouco praticado. • Prática parcialmente transparência ativa e passiva. • Natureza das informações publicadas é complexa. • Não há informação complementar a fim de tornar a informação clara. • Intempestividade da informação evidenciada. • Não há utilização dos indicadores e seus resultados apresentados. • Gestores que desconhecem ou não utilizam os indicadores para gestão cotidiana. • A evidenciação de indicadores pode ser utilizada como fator de gestão e não apenas como legalidade. • Importância da aceitação dos indicadores como forma de governança pública. • A Educação Superior é uma das segmentações que mais possuem objetos para produção de indicadores e de <i>disclosures</i>.

CONCLUSÃO

A pesquisa proposta visou analisar a *performance* de indicadores informacionais da Universidade Federal de Rondônia em alusão ao *disclosure* institucional. Utilizamos na totalidade as ferramentas e os procedimentos metodológicos previstos para desenvolver a pesquisa, fato que culminou no atingimento do objetivo da pesquisa.

Consideramos que o *disclosure* é totalmente aplicável a uma Universidade Pública Federal em virtude não somente das determinações legais, mas também em razão dos princípios e das políticas públicas para esse tipo de instituição. Já os resultados aquém dos planejados são também alvo de *disclosure*, porém ainda não acompanhados de devidos esclarecimentos e discussões sobre os resultados auferidos.

Identificamos que os indicadores obtidos através do *disclosure* são relevantes para a gestão e para as políticas públicas em educação, apesar de não serem assim percebidos por uma parcela de gestores da Universidade Federal de Rondônia, como representação da realidade e projeção do futuro da instituição. Entendemos que os gestores de unidades da UNIR necessitam desenvolver novos modelos mentais, agregando os perfis de líderes, e identificando o poder de influência e de comprometimento quanto ao desempenho institucional pretendido.

Os resultados levantados pela pesquisa nos proporcionou entender que a maioria dos indicadores são produzidos e divulgados em obediência a determinações legais, porém os atributos qualitativos para a informação ser considerada útil precisam ser melhorados. Assim, entendemos a necessidade de avaliação da qualidade desses indicadores, bem como aperfeiçoar os mecanismos de elaboração os aspectos qualitativos também devem ser auferidos assim como os quantitativos,

Há necessidade de proposição de discussões a cerca dos atributos qualitativos dos indicadores produzidos e evidenciados, voltados para melhorar o nível de *disclosure* informacional e conseqüentemente o controle. A alternativa de socializar a estrutura dos indicadores mais importantes, bem

como os impactos dos mesmos para a perenidade da instituição, aliada a políticas de acompanhamento da evolução desses indicadores, pode ser considerada o grande achado de pesquisas anteriores e ainda uma grande ferramenta de gestão e de controle dos resultados institucionais.

O ponto que pode ser considerado limitativo da pesquisa ocorreu quando da coleta de dados em meios de *disclosure*. Os dados sobre desempenhos educacionais das instituições de ensino superior apresentam o fator tempestividade como negativo, em especial quando da divulgação “tardia” em sites oficiais de transparência. Entendemos que os atributos positivos são reduzidos em nível de importância quando o fator negativo se sobressai.

Outros achados que consideramos enaltecedores se referem à prática do *disclosure* como aplicável a qualquer tipo de organização, independentemente do porte, natureza jurídica ou tipo de controle, bem como a necessidade de a instituição desenvolver e formalizar uma política de evidenciação, consolidando informações completas, objetivas e tempestivas. Outro aspecto trata da visão que se espera das universidades públicas federais, ou seja, se fazerem presentes através da competência e da transparência, quando da aplicação dos recursos.

O tipo de informação analisada e os mecanismos de *disclosure* da Universidade Federal de Rondônia não foram suficientes para identificarmos claramente a tipologia de divulgação. Assim, os atributos evidenciados denotam apenas características de divulgação adequada, ou seja, a evidenciação demonstra certo volume de informações. Porém, o *disclosure* praticado pela UNIR oferece apenas parcialmente os tipos de Transparência Ativa e Passiva, exigidos na forma do Decreto Federal nº 7.724/2012.

Os resultados auferidos nos permitem afirmar que: há fragilidade no conhecimento dos indicadores por parte dos gestores e de demais membros da instituição, bem como há certo distanciamento desses gestores em relação ao envolvimento com os resultados produzidos. Tal afirmação é realizada com base em pronunciamentos de gestores, a exemplo do seguinte trecho: “*Suas perguntas devem ser encaminhadas para PROPESQ, PROGRAD, PROPLAN,*

DRH E DIRCA, que são órgãos da UNIR com as informações que permitem responder suas perguntas.” (Diretor do Campus X, 2013).

Há ainda, por parte dos gestores, descrédito de que suas participações e contribuições diretas possam influenciar na melhoria dos indicadores de resultados auferidos pela Universidade Federal de Rondônia.

Os indicadores e a evidenciação podem ser utilizados como importantes meios de medição do desempenho da aplicação de recursos, de prontidões e de competências por parte dos gestores, e como forma de torná-los mais responsáveis por seus atos e suas gestões.

A nossa pretensão com os resultados da pesquisa é de que poderão ainda contribuir com uma reflexão acerca da evolução dos paradigmas de *disclosure*, bem como sobre a *performance* dos indicadores da instituição estudada, considerando a perspectiva dos gestores pesquisados e atributos qualitativos apontados. Considerando que não configurava propósito da nossa pesquisa, mas julgamos de ser de grande importância e de tal forma, sugerimos a realização de pesquisas sobre o nível de *disclosure* em instituições de ensino público federal, voltados a identificar a evidenciação voluntária como princípio de boa governança dessas instituições.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Adriana; ROSSETTI, José P. **Governança corporativa: fundamentos, desenvolvimento e tendências.** São Paulo: Atlas, 2011.

ASTIER, M.; *et al.* **El marco de evaluación de sistemas de manejo incorporando indicadores de sustentabilidad (MESMIS) y su aplicación en un sistema agrícola campesino en la región Purhepecha, México.** In: SARANDÓN, S. (Ed.). *Agroecología: el camino hacia una agricultura sustentable.* La Plata: Ediciones Científicas Americanas E.C.A., 2002.

BARRETT, Pat. **BetterPractice Public Sector Governance.** 2003. Australian Communications Authority's Business Planning Workshop. Disponível em: http://www.anao.gov.au/~media/Uploads/Documents/better_practice_public_sector_governance_feb_032.pdf. Acesso 09/08/2013.

BENTO, Leonardo Valles. **Governança e governabilidade na reforma do estado.** 3 ed. São Paulo: Manole, 2003.

BERTOLIN, Júlio C. G. **Indicadores em nível de sistema para avaliar o desenvolvimento e a qualidade da educação superior brasileira.** 2007. *Revista de Avaliação da Educação Superior.* Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v12n2/a07v12n2.pdf>. Acesso em 10/01/2013.

BITTENCOURT, Hélio R. *et al.* **Sobre o Índice Geral de Cursos (IGC).** 2009. Disponível em www.scielo.br/pdf/aval/v14n3/a08v14n3.pdf. Acesso em 01/06/2013.

BOTOSAN, Christine A. **Disclosure Level and the Cost of Equity Capital.** Disponível em <http://home.business.utah.edu/actdp/Assign-pdf/Botosan.pdf> > Acesso em 10/01/2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em 18/11/2012.

_____. **Contas do Governo da República.** 2011 a. Disponível em http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/contas/contas_governo/Contas2011/index.html > Acesso em 10/01/2013.

_____. **Decreto Federal nº 6.425**, de 04 de abril de 2008. Dispõe sobre o censo anual da educação.

_____. **Decreto Federal nº 7.724**, de 16 de maio de 2012. Dispõe sobre o acesso a informações previstas na Constituição Federal dá outras providências.

_____. **Decreto Presidencial nº 5.482**, de 30 de junho de 2005. Dispõe sobre a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da administração pública federal, por meio da Rede Mundial de Computadores - Internet.

_____. **Lei Complementar nº 101**, de 04 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.

_____. **Lei Federal nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011 b. Regula o acesso a informações previstas na Constituição Federal e dá outras providências.

_____. **Lei Federal nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

_____. **Lei Federal nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

_____. **Lei Federal nº 7.011**, de 08 de julho de 1982. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal de Rondônia.

_____. **Portaria Interministerial nº 140**, de 16 de março de 2006. Disciplina a divulgação de dados e informações pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, por meio da rede mundial de computadores – *internet*, e dá outras providências.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **Uma nova gestão para um novo Estado:** liberal, social e republicano. Revista do Serviço Público, 2001.

CAMÊLO, André M. **Estrutura conceitual da controladoria corporativa:** propriedade informacional para a governança de organizações

governamentais: estudo em empresa estatal de distribuição de energia elétrica. 2010. Dissertação (Mestrado em Administração) Fundação Universidade Federal de Rondônia.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. 2006. Disponível em <<http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica>> Acesso em 02/01/2013.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS, do *International Accounting Standards Board*. **Pronunciamento Conceitual Básico (R1)**. CPC/IASB (2011).

COSTA, Edward M. *et al.* **Eficiência e desempenho no ensino superior: uma análise da fronteira de produção educacional das IFES brasileiras**. 2011. Rev. Econ. Contemp., Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 415-440, set-dez/2012. Disponível em <http://www.ie.ufrj.br/images/blog/REC_16.3_03_Eficiencia-desempenho-no-ensino-superior.pdf>. Acesso em 12/03/2013.

COY, D.; *et al.* **Quantifying the quality of tertiary education annual reports**. *Accounting and Finance*, [S.l.], v.33, p.121-129, november 1993. Disponível em: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-629X.1993.tb00323.x/abstract>. Acesso em: 28/06/2013.

CRUZ, Ferreira C.; SILVA, Lino M.; *et al.* **Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro**. 2009. Revista Contabilidade, Gestão e Governança. V.12, n.3. p.102-115, set/dez de 2009.

DEPONTI, C. M.; *et al.* **Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentado, Porto Alegre, v.3, n.4, out/dez 2002.

DINIZ, Eli. **Governabilidade, governance e reforma do Estado: considerações sobre o novo paradigma**. Revista do Serviço Público, ano 47, vl. 120, n.2, mai/ago de 1996.

DYE, Ronald A. **An evaluation of "essays on disclosure" and the disclosure literature in accounting**. *Journal of Accounting and Economics*. Amsterdam: v.32, n.1-3, p.181-235, 2001. Disponível em: <<http://tippie.uiowa.edu/accounting/mcgladrey/winterpapers/rondye.pdf>> Acesso em 20/04/2013.

FILHO Marco A. F. M. **O nível de *disclosure* de organizações do terceiro setor: uma pesquisa empírica sobre as entidades filantrópicas asilares paulistas.** 2010. Disponível em <http://www.anpcont.com.br/site/docs/congressoIV/02/CUE261.pdf>. Acesso em 17/12/2012.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa.** 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. **Mapa Estratégico do FNDE 2010-2015.** Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/arquivos/category/88-institucional>. Acesso em 15/07/2013.

FRANCISCO, Thiago H. A.; RAMOS, Alexandre M. e *et al.* **O IGC em uma instituição “sem conceito”:** as ações de referência com base na percepção do procurador institucional. 2013. Disponível em <http://www.gestaouniversitaria.com.br>. Acesso em 05/07/2013.

HOPE, Kristian O. ***Firm-level Disclosures and the Relative Roles of Culture and Legal Origin.*** Journal of International Financial Managerial and Accounting, [S.l.], v.14, n.3, p. 218-248, 2003. Disponível em: <http://acct3.wharton.upenn.edu/faculty/bushee/JARDisc04.pdf> Acesso em 06/06/2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.** 4 ed. 2009. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br>. Acesso em 03/10/2012.

_____. **Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.** 3 ed. 2004. Disponível em: <http://www.ibgc.org.br>. Acesso em 01/11/2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Portaria nº 386,** de 17 de outubro de 2012. Estabelece os procedimentos de divulgação dos indicadores de qualidade às Instituições de Educação Superior e dá outras providências.

_____. **Portaria nº 09,** de 14 de janeiro de 2013. Estabelece as etapas e atividades do processo de realização do Censo da Educação Superior 2012.

_____. **Manual dos Indicadores de Qualidade 2011.** Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/notas_tecnicas/2011/m

anual_indicadores_qualidade_edu_superior_2011.pdf>. Acesso em 10/03/2013.

_____. **Nota Técnica IGC 2010.** Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/enade/notas_tecnicas/2010/Nota_Tecnica_IGC_2010.pdf>. Acesso em 10/03/2013.

INTERNATIONAL FEDERATION OF ACCOUNTANTS. **Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público.** Conselho Federal de Contabilidade (trad.). Brasília: 2010.

JONES, Gareth R.; GEORG, Jennifer M. **Fundamentos da Administração Contemporânea.** Trad. Ariovaldo Griesi. 4 ed. Porto Alegre: AMGH, 2012.

KAPLAN, R.S.; NORTON, D.P. *Balanced Scorecard* – Indicadores que impulsionam o desempenho. In Havard Business Review. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

KAVESKI, Itzhak D. S.; *et al.* **Nível de Conformidade com as Práticas de Disclosure Contábil: O Caso das Fundações Universidades do Estado de Santa Catarina.** 2013. Administração Pública e Gestão Social, 5(4), out-dez 2013, 179-185. Disponível em:

LIMA, Gerlando A. S. F. *et al.* **Reputação corporativa e nível de disclosure das empresas de capital aberto no Brasil.** 2007. Disponível em: <http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos82008/124.pdf> Acesso em: 01/03/2013.

LIMA, Emanuel M. **Análise comparativa entre o índice disclosure e a importância atribuída por stakeholders a informações consideradas relevantes para fins de divulgação em instituições de ensino superior filantrópicas do Brasil: uma abordagem da Teoria da Divulgação.** 2009. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Universidade de São Paulo.

MACHADO, Nelson. **Gestão baseada em resultado no setor público: uma abordagem didática para implementação em prefeituras, câmaras municipais, autarquias, fundações e unidades organizacionais.** São Paulo: Atlas, 2012.

MARQUES, Maria. C. C. **Aplicação dos Princípios da Governança Corporativa ao Sector Público.** RAC, v. 11, n. 2, Abr./Jun. 2007: 11-26.

MELLO, Gilmar R. *et al.* **Nível de *disclosure* do orçamento público federal brasileiro.** 2006. Disponível em <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/3579>> Acesso em 20/11/2012.

MENEZES, Ebenezer T. de; SANTOS, Thais H. dos. **Dicionário Interativo da Educação Brasileira.** São Paulo: Midiamix Editora, 2002. Disponível em <<http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=355>>. Acesso em 14/08/2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Portaria Normativa nº 40**, de 12 de dezembro de 2007. Institui o dentre outros o e-MEC e consolida disposições sobre indicadores de qualidade e outras disposições.

_____. **Portaria Normativa nº 12**, de 05 de setembro de 2008. Institui o Índice Geral de Cursos da Instituição de Educação Superior.

_____. **Portaria Normativa nº 23**, de 01 de dezembro de 2010. Institui o e-MEC e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, dentre outras disposições.

MURCIA, Fernando. D. R. **Fatores Determinantes do Nível de *Disclosure* Voluntário de Companhias Abertas no Brasil.** 2009. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

RODRIGUES, José A. *et al.* **Governança Corporativa: estratégia para geração de valor.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.

SANTOS, L. Nery. **Princípios de governança corporativa: aplicabilidade na gestão pública.** Rio de Janeiro: ESG, 2002.

SANTOS, Luiz A. *et al.* **Avaliação de desempenho da ação governamental no Brasil: problemas e perspectivas.** XV Concurso de Ensayos del CLAD "Control y Evaluación del Desempeño Gubernamental". Caracas, 2001. Disponível em <http://www.clad.org/siare_isis/fulltext/0041201.pdf>. Acesso em 20/11/2012.

SENGUPTA, Jati K. **Efficiency distribution and the cost frontier**. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=130588> Acesso em 08/08/2012.

SIENA, Osmar. **Metodologia da pesquisa científica**: elementos para elaboração e apresentação de trabalhos acadêmicos. Porto Velho, 2007. ISBN 978-85-7764-023-2.

SLOMSKI, Valmor. **Controladoria e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2011.

_____. *et al.* **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo: Atlas, 2008.

STEINBERG, H. **A dimensão humana da governança corporativa**: pessoas criam as melhores e piores práticas. São Paulo: Editora Gente, 2003.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Habeas Corpus nº 98.143, de 2008** (DJ 27-06-2008). Disponível em < <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia>>. Acesso em 06/05/2013.

_____. **Decisão da Presidência**. Processo Eletrônico DJe, de 13/09/2012. Disponível em < <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia>>. Acesso em 06/05/2013.

TESORO, José L. **El Estado orientado hacia el ciudadano**: transparencia republicana vía Internet en la Argentina. Disponível em:<http://cdi.mecon.gov.ar/biblio/docelec/clad/cong6/6nov/32/tesoro.pdf>. Acesso em 06/06/2013.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Decisão Plenário nº 408**, de 08 de maio de 2002. Determina o levantamento de indicadores de desempenho na área de ensino público superior.

UNIR. **Relatórios de Gestão 2007-2012**. Disponível em <http://www.unir.br/proplan>. Acesso em 15/04/2013.

_____. **Área de concentração, linhas de pesquisa e estrutura curricular**. 2011. Disponível em: <http://www.mestradoadm.unir.br/>

menus_arquivos/53_area_linhas_pesquisa_curriculo_ppgmad_2011.pdf.
Acesso em 11/06/2012.

VERRECCHIA, Robert E. **Essays on disclosure**. Journal of Accounting and Economics, Amsterdam, v.32, n.1-3, p.97-180, 2001. Disponível em <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=276699> Acesso em 09/02/2013.

VIANA, Evandro. **A governança corporativa no setor público municipal – um estudo sobre a eficácia da implementação dos princípios de governança nos resultados fiscais**. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências) Universidade de São Paulo.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Relação de IFES Pesquisadas

IES	Sigla	UF
REGIÃO SUL		
Universidade Federal do Rio Grande	FURG	RS
Universidade Federal do Paraná	UFPR	PR
Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	RS
Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	RS
Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SC
Universidade Federal de Pelotas	UFPEL	RS
Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	RS
Fundação Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	RS
Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SC
REGIÃO NORTE		
Universidade Federal do Amazonas	UFAM	AM
Universidade Federal do Acre	UFAC	AC
Universidade Federal do Pará	UFPA	PA
Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	PA
Fundação Universidade Federal de Rondônia	UNIR	RO
Universidade Federal de Roraima	UFRR	RR
Universidade Federal do Oeste do Pará (*)	UFOPA	PA
Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	AP
Fundação Universidade Federal do Tocantins	UFT	TO
REGIÃO NORDESTE		
Universidade Federal do Piauí	UFPI	PI
Universidade Federal de Sergipe	UFS	SE
Universidade Federal do Maranhão	UFMA	MA
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	RN
Universidade Federal de Alagoas	UFAL	AL
Universidade Federal da Bahia	UFBA	BA
Universidade Federal da Paraíba	UFPB	PB
Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	PE
Universidade Federal do Ceará	UFC	CE
Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	PE
Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	RN
Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	PE
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	BA
Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	PB
REGIÃO SUDESTE		
Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	MG
Universidade Federal de São Carlos	UFSCAR	SP
Universidade Federal de Viçosa	UFV	MG
Universidade Federal de Uberlândia	UFU	MG
Universidade Federal de São João Del Rei	UFSJ	MG
Universidade Federal Fluminense	UFF	RJ

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	RJ
Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	MG
Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	MG
Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	RJ
Universidade Federal de Lavras	UFLA	MG
Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL-MG	MG
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	MG
Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	MG
Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SP
Universidade Federal de Itajubá	UNIFEI	MG
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	RJ
Fundação Universidade Federal do Abc	UFABC	SP
Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	ES
REGIÃO CENTRO OESTE		
Universidade Federal de Goiás	UFG	GO
Fundação Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	MS
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	MS
Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	MT

(*) Excluída por existência de dados somente a partir de 2011.

APÊNDICE C – Questionário aplicado a gestores na UNIR

Disclosure Informacional: Aplicação em uma Universidade Pública Federal

Prezado Senhor Gestor,

Este questionário é parte final de uma pesquisa voltada para elaboração da Dissertação do Programa de Mestrado em Administração da Fundação Universidade Federal de Rondônia. O propósito deste é a coleta de informações para fomentar a discussão a respeito do Disclosure de Indicadores de Desempenho Institucional na Universidade Federal de Rondônia. A pesquisa em desenvolvimento é orientada pelo prof. Dr. José Moreira da Silva Neto, membro permanente do Programa de Mestrado em Administração na linha de pesquisa "Estratégias e Competências Organizacionais".

Consideramos que a sua participação é de extrema relevância para o alcance dos objetivos propostos na pesquisa em desenvolvimento, bem como contribuir para os índices de aferição de uma das atividades fins da universidade: a pesquisa. Dessa forma, contribuir para a disseminação do conhecimento através do ensino superior, da pesquisa e da extensão.

Solicitamos sua colaboração para responder o questionário com questões fechadas, contendo como objetivo coletar sua opinião sobre o nível de importância a cada indicador apresentado. Para sua comodidade, segurança ou impessoalidade, informamos que os dados fornecidos serão utilizados para fins de estudo e a identidade dos respondentes não será divulgada, visto que a apuração é feita pelo Google Docs.

Agradecemos a sua atenção e disposição em contribuir para o sucesso deste trabalho.

Atenciosamente,

Ercília Souza Araújo
Mestranda em Administração
Telefone: 69 2182 - 2009/9209 - 0549

Indicador 1: nº de cursos de pós graduação (Stritu Sensu) ofertados *Quantidade de cursos ofertados pela Universidade Federal de Rondônia

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 2: n° de matriculados em pós graduação presencial *Quantidade de alunos em cursos stritu sensu ofertados pela Universidade Federal de Rondônia

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 3: n° de cursos ofertados em graduação presencial *Quantidade de cursos ofertadas pela Universidade Federal de Rondônia em cursos de graduação presencial

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 4: n° de vagas ofertadas em graduação presencial *Quantidade de vagas ofertadas pela Universidade Federal de Rondônia em cursos de graduação presencial

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 5: n° de ingressantes em graduação presencial *Quantidade de alunos ingressantes (via vestibular) em cursos de graduação presencial, ofertados pela Universidade Federal de Rondônia

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 6: n° de matriculados em graduação presencial *Quantidade de alunos matriculados em cursos de graduação presencial, ofertados pela Universidade Federal de Rondônia

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 7: n° de concluintes em graduação presencial *Quantidade de alunos concluintes de cursos de graduação presencial, ofertados pela Universidade Federal de Rondônia

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 8: nº de docentes em graduação presencial *Quantidade de docentes vinculados aos cursos de graduação presencial da Universidade Federal de Rondônia

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 9: nº de matriculados em graduação à distância *Quantidade de alunos matriculados nos cursos ofertados à distância pela Universidade Federal de Rondônia

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 10: Bolsas PIBIC disponibilizadas X efetivação pela UNIR *Quantidade de bolsas recebidas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica X quantidade de bolsas utilizadas pela Universidade Federal de Rondônia

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 11: nº de Bolsas PIBEX e PROEXT efetivadas *Quantidade de bolsas (Programa Institucional de Bolsa de Extensão e Programa de Extensão Universitária) utilizadas por alunos de graduação presencial da Universidade Federal de Rondônia

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 12: nº de Bolsas Transporte, Alimentação, Permanência, Estudante Indígena *Quantidade de bolsas (auxílios financeiros específicos voltados para a manutenção e permanência do acadêmico) ofertadas e utilizadas por alunos de graduação presencial da Universidade Federal de Rondônia

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 13: Grau de Participação Estudantil *Relação entre o número de alunos da graduação em tempo integral e total de alunos efetivamente matriculados na graduação.

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 14: Grau de Envolvimento em Pós Graduação *Relação entre o total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação stricto sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado, e a soma deste número com o total de alunos efetivamente matriculados na graduação.

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 15: Conceito Capes para Pós Graduação *Relação entre o somatório do conceito de todos os programas de pós-graduação e o número de programas de pós-graduação ofertados pela instituição.

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 16: Índice de Qualificação do Corpo Docente *Indicador de desempenho do volume da produção científica, levando em consideração a capacitação de docentes graduados a doutores

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 17: Taxa de Sucesso da Graduação *Indica a relação percentual entre o número de diplomados e o número total de ingressantes em cursos de graduação presencial.

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 18: Custo Corrente/Aluno Equivalente *Relação entre custos de manutenção das IFES e o número de alunos equivalentes

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 19: Aluno Tempo Integral/Professor *Relação entre a quantidade de alunos com dedicação integral ao curso e professores.

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 20: Aluno Tempo Integral/Técnico *Relação entre a quantidade de alunos com dedicação integral ao curso e servidores técnicos

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 21: Funcionário/Professor *Relação entre a quantidade de funcionários (servidores técnicos) e professores, com equivalência à dedicação integral ou não.

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 22: Estagiários de graduação X área meio *Quantidade de estagiários de cursos de graduação em exercício de atividades da área meio da Universidade Federal de Rondônia

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 23: nº de servidores X atividades meio *Quantidade de servidores à disposição das atividades meio da Universidade Federal de Rondônia

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 24: servidores capacitados X meta programada *Relação percentual de servidores capacitados com recursos da execução orçamentária da Universidade Federal de Rondônia em relação a meta programa

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante

Indicador 25: Conceito Médio de Graduação *É a média ponderada dos Conceitos Preliminares de Curso (CPC) atribuídos a cada curso de graduação da instituição.

- Muito importante

- Importante

- Pouco importante

- Nada importante
- **Indicador 26: Conceito Médio de Mestrado** *O conceito médio de mestrado é obtido a partir da média ponderada das notas dadas pela CAPES aos programas de mestrado da instituição
- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Nada importante
- **Indicador 27: Conceito Médio de Doutorado** *O conceito médio de doutorado é obtido a partir da média ponderada das notas dadas pela CAPES aos programas de doutorado da instituição.
- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Nada importante
- **Indicador 28: IGC Contínuo** *Índice Geral de Cursos avaliados na Universidade Federal de Rondônia, nota média por escala contínua.
- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Nada importante
- **Indicador 29: IGC Faixa** *Índice Geral de Cursos avaliados na Universidade Federal de Rondônia, nota média por faixa.
- Muito importante
- Importante
- Pouco importante
- Nada importante